



Convite e
Resposta

POR

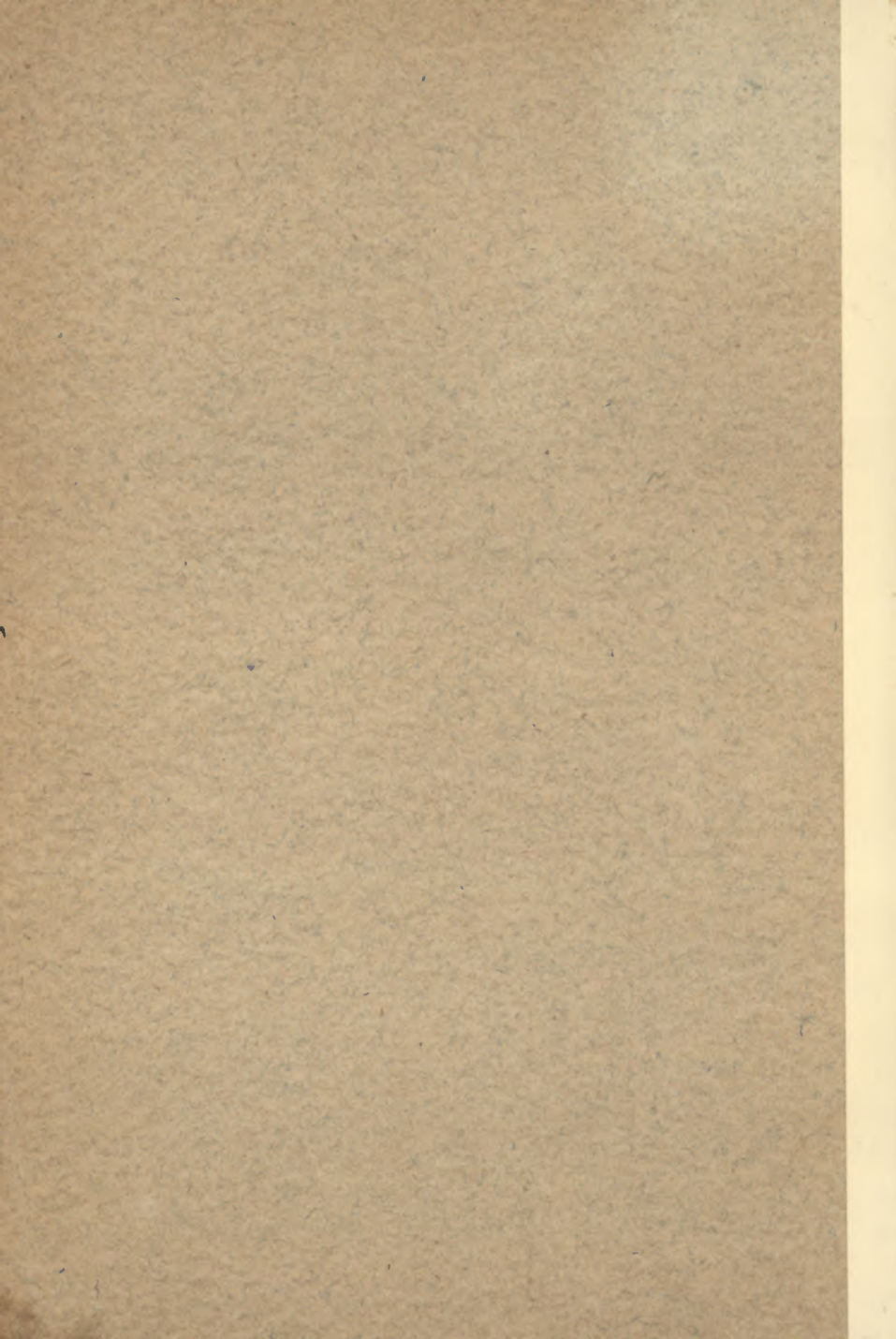
BAZILIO TELLES

PORTO

BIBLIOTECA PORTUGUEZA — Editora

TRAVESSA DE CEDOFEITA, 54

1917



BAZILIO TELLES

6

~~HS~~
18879

CONVITE E
RESPOSTA

02985



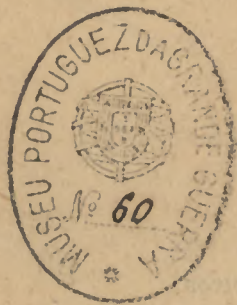
1917

BIBLIOTECA PORTUGUEZA — EDITORA

TRAVESSA DE CEDOFEITA, 54 — PORTO

A SEGUIR:

- O Congresso das nações.
- O imperialismo germânico.
- Campanha e questão do Oriente.
- A belligerância portugueza.



Composição e impressão
IMPRESA CIVILIZAÇÃO
54, Trav. de Cedofeita, 56
Pôrto.

ADVERTÊNCIA



questão de pôr um termo á guerra que vem ensanguentando e arruinando a Europa offerece tres phases que se torna preciso considerar separadamente uma das outras.

A primeira abre com a nota allemã de 12 de dezembro de 1916, e termina com a réplica, á resposta da *Entente* (de 30, dezembro, 916) áquella nota, com a data de 10 de janeiro do anno que decorre.

A segunda começa com a nota dos Estados-Unidos em 18 de dezembro de 1916, e acaba com a declaração (em 2 d'abril) do estado de guerra por esta República da América á Allemanha.

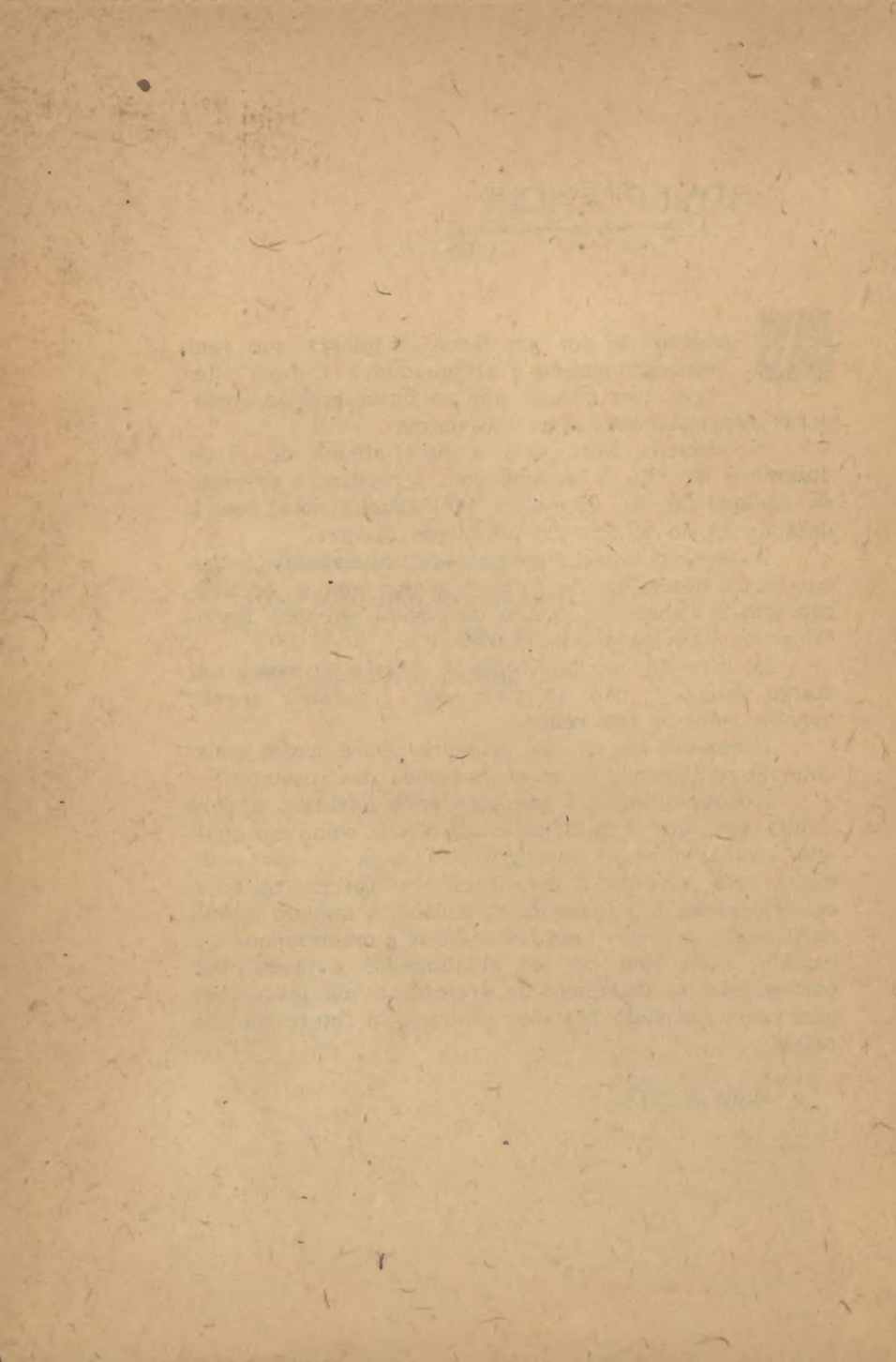
A terceira inicia-se com a revolução russa em março findo, e não se pode por enquanto prevêr quando tenha o seu remate.

Occupamo-nos só da primeira phase n'este opúsculo. Seguidamente occupar-nos-hemos das restantes.

Aproveitaremos a occasião para advertir, e pela última vez, que é inutil procurar n'este, como em qualquer trabalho nosso consagrado á lucta de que pode muito bem resultar a decadência da Europa, senão a sua submissão á hegemonia americana, o mínimo intuito de defender *a priori* uma certa these, e muito menos um partido. Será bom que os alliadóphilos e blocóphilos portuguezes se dediquem de preferência aos problemas que véem tornando bastante duvidoso o futuro da sua pátria.

Maio de 1917.

B. T.



A NOTA ALLEMÃ

(DE 12, DEZEMBRO, 1916)

I. IMPRESSÕES NOS PAIZES DA ENTENTE



PRIMEIRAMENTE, um pouco d'história sobre o famoso documento e as impressões que produziu nos paizes adversos, embora sejam deficientes os dados de que dispomos, e até bastante omissa ou confusa a chronologia, tal qual se nos depara nas noticias dos jornaes. A confusão e a omissão não resultaram, sem dúvida, de nenhum propósito official ou officioso de sonegar ao público neutral, nem tampouco ao belligerante, as phases por que a palpitante questão pacifista ia passando até á resposta que a *Entente* deu ao convite, feito a 12 de dezembro pelo Bloco, justamente quando alvorecia o anno que decorre. É, no entanto, irrefragavel reinar lastimavelmente sobre um episódio fundamental nos variadíssimos e fundamentaes incidentes d'esta guerra, Nem sequer o texto integral da nota allemã nos foi possível alcançar, mesmo n'aquelles jornaes que entre nós se destacam pela minúcia e a imparcialidade da sua informação, e que aliás inserem com frequência na íntegra documentos emanados dos Governos que dirigem os interesses da *Entente*, e não raras vezes narrativas ou informes de muito menos importância. No parlamento italiano foi ella apresentada e lida pelo ministro dos negócios estrangeiros sr. Sonnino. Sel-o-

hia porém na Duma e nos parlamentos da França e da Inglaterra, ou publicada em qualquer dos grandes quotidianos d'estes paizes, e alguns dos quaes são notoriamente órgãos officiosos dos respectivos Gabinetes? E se foi lida, ou publicada, nos parlamentos ou na imprensa das nações de quem somos alliados, porque não a transcreveu o nosso jornalismo, cuja clientela devia estar anciosa por conhecer *in-totum* o texto d'um escripto directamente relacionado com o papel que temos vindo representando no formidavel conflicto, com a direcção a imprimir á nossa politica, e em geral á nossa actividade collectiva, no interior e no exterior, e que constituia, no emtanto, um acontecimento histórico tão notavel como o próprio romper das hostilidades no 1.º d'agosto de 1914? Ignoramol-o. Os nossos jornaes parece que não lhe ligaram o valor que reconhece, apesar de intuitivo, ou então que viram gorar-se-lhes os esforços para satisfazer a anciedade patriótica dos seus leitores, e a legítima, sem deixar de ser porisso igualmente patriótica, exigência de documentação, completa e verídica, dos investigadores de gabinete. Nem os nossos nem os estrangeiros — accrescentemos, por devermos ser justo para o que consideramos um silêncio inoportuno, e bem pouco edificante, infelizmente, se por tal modo é que vimos educando as novas gerações no regimen democrático, incompreensivel e indefensavel sem ampla publicidade e sem crítica libérrima, salva a responsabilidade do escriptor na hypóthese d'abuso, a quanto diz respeito a grandes interesses nacionaes e a palavras e actos dos Governos. Como quer que seja, o texto integro da nota falta, e a chronologia dos incidentes a que deu logar é incerta. Isto deve explicar aos leitores porque o resumo ligeiro que vamos fazer não é completo, e vai um pouco descoordenado.

A primeira notícia da nota deu-nol-a a acreditada

agência Havas, com a data e indicação de Zurich, 13 de dezembro, logo seguidamente á que nos annunciava o discurso do chanceler Bethmann Hollweg em que se proclamava a intenção de a remetter indirectamente ás Potências da *Entente*, e se lhe indicava o contheudo. A notícia é breve, como geralmente o são as da agência officiosa dos Governos alliados, em especial da Inglaterra, mas clara e, pelo escrúpulo que sempre distinguuiu o seu serviço informador, authênica e exacta.

Accusa a recepção pelo chanceler dos representantes dos Estados-Unidos, da Hespanha e da Suíssa; a entrega a estes ministros da nota allemã, «propondo a abertura immediata de negociações para a paz»; e annuncia a transmissão ulterior de notas idénticas pelos Gabinetes de Vienna, Sophia e Constantinopla.

O mero annúncio da entrega da proposta, e de que esta iniciativa não era apenas da Allemanha, mas das quatro Potências que constituem o bloco dos Centraes: por'ora, era quanto a sollicita agência divulgava pelo Mundo. Informes mais precisos sobre o espírito que presidiu á redacção do documento, e sobre um ou outro ponto mais concreto, só vieram aos poucos, e algum d'elles por intermédio d'entidades com funcções que nada téem d'informativas. D'esta vez a vigilante empreza parece haver dormitado um momento, como do auctor da *Iliada* reza o conhecido e secular prolóquio. Daremos, na sua altura, esses informes complementares imprescindiveis. Será uma derogação á chronologia real dos factos. Precisamente, porém, no intuito de a restabelecer depois, quanto possivel, ha que nos atêrnos de preferênciã á chronologia, mais facil, das noticias telegráphicas, ou melhor, á que, por contraposição áquella, poderemos chamar noticial.

Seguindo-a pois, na mediã em que o acervo que peja as columnas dos orgãos da publicidade no decurso d'esse mez de dezembro nol-o permite, e cuja desordem

não sabemos se attribuir ás hibernias se ao desvairamento das cabeças, eis o que líamos em telegramma da mencionada agência—que devemos ter por fidedigno pelos motivos expostos acima e, com maior desinvolvimento, no opúsculo **Hora Critica**—expedido de Londres na mesma data do telegramma de Zurich:

Começa por annunciar o repúdio «unânime e enérgico» da imprensa ingleza n'uma espécie de primeira edição informativa, depois corrigida, em telegramma d'egual data (pormenor a fixar), pelo additamento d'outro extracto de três órgãos importantes do jornalismo inglez; e transcreve, em breve apanhado, para justificar o prefácio curto, a opinião emitida sobre a nota por seis jornaes de universal, ou pouco menos, reputação e notoriedade. Assim:

O *Morning Post*—diz-nos ella—qualifica-a de «tentativa astuciosa e desesperada», feita para evitar o castigo, e de «proposta d'armistício», que os Alliados devem rejeitar, como haviam rejeitado (o que era para nós um facto inédito) a de setembro anterior, «depois das derrotas allemãs no Somme e em Verdun».

O *Times* considera-a como um «symptoma consciente de fraqueza»; affirma que a tentativa allemã de interessar na mediação os Estados-Unidos se malograra (o que tambem desconhecíamos, e de resto se combina mal com outros factos, e com diversas asserções de alguns jornaes dos Alliados); e alvitra que não se discuta o que elle chama «o armistício, emquanto se não evacuar os territórios occupados e não fôr paga uma indemnisação».

O *Daily Chronicle* exige que a Allemanha se submeta, ás «nossas condições», entre as quaes especifica «a destruição da machina militar prussiana, e a destruição ou rendição da sua esquadra».

Do *Daily Telegraph* e do *Daily Mail* inutil re-

produzir os commentários, por facilmente presumíveis: o *Mail* injuria, o *Telegraph* apenas philosopha.

Quanto ao *Daily News*, órgão dos radicaes inglezes, affecto pois ao presidente do Gabinete britanico Mr. Lloyd George, limita-se laconicamente a opinar por que os «Alliados não podem entrar em negociações sobre a baze offerecida por Bethmann Hollweg», sem todavia se nos dizer qual baze seja.

No que se designou atraz pela phrase «primeira edição informativa» da Havas, o unisono, pelo que toca á recusa do convite allemão, é com effeito unânime, á parte o afinamento, nos seis diapasões do jornalismo d'além-Mancha; na segunda, porém, já não é assim, como vai vêr-se, e os diapasões estão bem longe de se fazer ouvir no mesmo tom. São tres apenas, mas todos elles d'importância. Convem que se registre, e se compare.

Da *Westminster Gazette* (telegr. da H., Londres, 13): O fim provavel das propostas allemãs é dividir os alliados; mas não é só «batendo o pé» que se lhes deve responder. O appelo aos neutros, onde os impérios do centro sabem que o conflicto tem creado uma certa anciedade, impõe aos alliados a necessidade de se disporem a ouvir qualquer proposta regular. O que devem, contudo, é declarar sem rodeios a «sua decisão em se proceder de concerto, não tendo qualquer proposta implicando traição para um dos Alliados a mínima possibilidade de ser tomada em conta».

A *Pall Mall Gazette* aventa que a offerta allemã pode ter sido feita com a «simples esperanza» d'impressionar os alliados ou os neutros. (O período seguinte, no extracto da Havas, mal s'intende). No caso de os não-combatentes — é assim que interpretamos a traducção obscura — se deixarem commover pelos humanitários protestos de quem afundou o «Luzitania», não lhe ligariam os alliados importância, visto elle mos,

trarem n'essa commoção «um caracter muito mais primitivo do que temos direito de suppôr. Mas se a nota corresponde ao sentimento da nação allemã, esta que se compenetre de que só tem a contar consigo no futuro e de se resignar ao levantamento em massa».

O *Evening Standard* é incomparavelmente mais decisivo do que o collega, cuja opinião acabamos de reproduzir. «O ramo d'oliveira que nos é offertado agora de Berlim nada mais é do que uma farça». Aconselha Bethmann a pôr de lado Deus e a Humanidade, e a declarar com franqueza: «Somos bandoleiros decahidos mas sempre fortes». E assim por este theor.

Por consequência, para o *Morning Post* a proposta pacifista da Allemanha era uma tentativa d'armistício, astuciosa e desesperada; para o «*Times*, um armistício symptomático de fraqueza; para o *Daily News*, uma baze de negociações inaceitavel; para os restantes, um simples pretexto (é de suppôr dos extractos que se leu) para s'exigir (*Daily Chronicle*) «a destruição do exército e da esquadra prussianos»; se concluir que a Allemanha attingira o «zenith» do poder, restando-lhe agora só declinar (*Daily Telegraph*); e se chamar bandido a Bethmann Hollweg (*Daily Mail*). E todos estes cotados orgãos dos partidos ou da opinião pública inglezes estão d'accôrdo em declarar que nenhuma negociações, ao menos sobre a baze (qual?) offerecida pelo chanceler allemão, são admissiveis. Uma nota moderada, emfim, embora não destoante do conjuncto, no meio d'um côro de sons agudos sibilando a rejeição ou as represálias.

Na segunda edição informativa da Havas: a *Westminster Gazette* acha que deve ser ouvida qualquer proposta regular, desde que não seja em separado; a *Pall Mall Gazette*, que a Allemanha deve contar sómente consigo; o *Evening Standard*, que a offerta é pura farça. Os diapasões desafinam, está-se

vendo. Seria por isto que a Havas formou com elles outro grupo?

E quanto ás impressões sobre a nota, eis o que temos.

Sobre o discurso do chanceler no Reichstag, que os nossos jornaes s'esqueceram de publicar tambem na integra, como julgamos ser da sua obrigação e do nosso interesse nacional, poisque somos egualmente belligerantes, não conseguimos lêr mais que uns magros resumos transmittidos pela Havas, e as referências que ulteriormente lhes fizeram, ao discurso e á proposta escripta, alguns oradores politicos e a própria resposta dos Alliados.

Todavia, a parte essencial d'aquelle discurso, do qual a nota allemã, no dizer de Mr. L. George, «não era mais do que a paráphrase», parece conter-se no extracto seguinte da mesma agência, em telegramma de Paris, com data de 13:... «depois da terrivel guerra que ameaça sepultar o progresso material e moral da Europa, depois dos exitos e victorias alcançados, a continuação da guerra não poderia quebrar a força da Quadrupla (subintende-se: os quatro países do Bloco), a qual combate para defender a sua existência, a liberdade e o desenvolvimento nacionaes das quatro Potencias alliadas, que não procuram esmagar ou aniquilar os seus adversários. Conscios das suas próprias forças, propõem que se entre em negociações para a paz, e apresentarão propostas próprias a servirem de base ao estabelecimento d'uma paz duradoura; se, não obstante essas propostas, a lucta prosegue, ellas declinam a sua responsabilidade perante a humanidade e a historia». E como remate: «Seguiremos o nosso caminho, resolvidos a combater e promptos a concluir a paz».

Em nota da Reuter, levada pela sua irmã gémea, a Havas, ao periodismo do Globo em telegramma de Londres, com a data de 14, parece que se ignora o contheudo da proposta que vem de ser apontada em

breves linhas. Comtudo, essa nota é evidentemente inspirada, podendo pois deduzir-se d'ella a impressão que, ao menos na Inglaterra, se recebeu da iniciativa germânica, ou que se desejava provocar. Esta impressão resalta das seguintes passagens características: ...«a unanimidade da imprensa britânica política de todas as côres é apenas o reflexo da unanimidade que reina entre os ministros, os governos alliados e os respectivos povos». ...«Distingue-se logo á primeira vista a manobra tendente a semear a discórdia entre os alliados, propondo talvez condições uma parte das quaes seria accetavel para alguns, mas não o seria para outros; vê-se n'isso tambem uma manifestação que vem confirmar o que os alliados sabem perfeitamente, isto é, que os allemães não ignoram que as potencias centraes não poderão nunca prevalecer n'esta guerra, e que chegaram ao limite dos seus esforços». E termina por dizer que «a unica resposta», quando as propostas chegarem, «será declarar mais uma vez que a guerra, pelo que respeita aos alliados, deve acabar e acabará quando elles tiverem attingido os seus objectivos, pelos quaes entraram em guerra».

O propósito de *non-recevoir*, na expressão corrente dos Francezes, é aqui manifesto; e tanto mais para notar que se confessa não haver sido ainda recebida a nota official do inimigo, ignorando-se porconsequente se havia ou não quaesquer propostas, e se estas seriam ou não accetaveis, pelo menos discutiveis. Julgamos que não serão muitos na história diplomática os exemplos, se é que alguns houve, de se recusar antecipadamente, e por modo claramente officioso, ouvir do inimigo offeras de paz, sobretudo quando se tem affirmado com vehemência o pacifismo, e se declara, com ingenuidade meio-infantil, que se é mais forte, quer dizer, que o inimigo, na lucta travada, não tem realmente deante de si outro recurso. Se o inimigo reco-

nhecia que não podia sahir victorioso, e portanto, naturalmente, se resolvera a fallar em paz, como, lógica e equitativamente, permittir espalhar aos quatro ventos que não havia intenção de o attender, embora se lhe não conhecesse as propostas, e ao mesmo tempo exprimir o receio de que ellas dividissem os alliados? Se havia força para, militarmente o dominar, como admittir que ella faltava, diplomaticamente, para lhe frustrar qualquer tentativa de sizânia?

Mas ignorariam os Governos alliados o contheudo d'esse convite para a reunião d'uma conferência de paz em paiz neutro? Será crível que a censura deixasse circular a nota da Reuter, que insistimos em considerar officiosa, e os jornaes referirem-se a esse convite nos termos que deixamos archivados, sem se lhe conhecer o contheudo? A sua entrega aos representantes das tres Potências neutraes foi a 12; a 13, já a agência Havas lhe resumia o texto essencial, segundo é de presumir, e já a imprensa ingleza se pronunciava da maneira que se viu. Se a nota da Reuter tem a data de 14, como parece, por certo que o texto foi telegraphado pelos referidos representantes aos Governos respectivos, e directa ou indirectamente chegou quasi ao mesmo tempo ás redacções dos jornaes que bordaram sobre elle os commentários reproduzidos acima em resumo. Que significação pode ter, pois, a nota officiosa da Reuter? Uma só, quer-nos parecer: sondar as disposições da opinião a esse respeito, e nada mais. A «unanimidade» d'opinião dos governos alliados, que se frisa n'ella, não se comprehende que fosse tão peremptoriamente affirmada, comquanto um pouco em discordância com a expressão do receio de desavenças, ahí tão ingenuamente descoberto como vimos, se entr'elles não tivesse havido já troca telegraphica d'impressões; teria sido uma asserção pelo menos prematura, por consequência leviana.

Era de suppôr que se desse; enquanto, porém, s'ignorasse o texto do convite, seria um pouco arriscada garantil-a, sobretudo quando se temia o que se designou n'esse momento, e depois, pelos termos *ci-lada, astúcia, manobra*.

A unanimidade d'opinião entre os povos, essa em caso algum devia ser invocada como razão de *non possumus* se o texto em debate era ainda ignorado; e não podia, no emtanto, ir fazer monte indistincto com a provavel, mas não certa, unanimidade dos Governos. Como interpretar então os dizeres da Reuter n'este ponto? Em nossa opinião, por esta maneira: sabia-se em cada paiz alliado da existência, senão d'uma corrente solta, d'um estado represado e não de recente data, em favor da celebração da paz; e desejava-se contrariar-a, ou pelo menos dirigi-la, nas hypótheses quer d'encetar essas negociações appetecidas, quer de romper abertamente com quaesquer propostas que a esse respeito o inimigo formulasse. Queria-se — n'uma palavra — ter uma opinião unânime, em vez d'uma opinião dividida, ou susceptivel de o ser; e o melhor meio de a preparar era, com effeito, suggeril-a.

Quando se queira vêr n'estas palavras nossas uma espécie d'interpretação desconfiada, affigura-se nos incontestavel, no emtanto, haver na mencionada nota da Reuter uma sondagem ás disposições do espirito público nos paizes alliados, sobretudo na Inglaterra, onde essa corrente, ou esse estado sentimental, não deixara nunca d'existir. Basta que recordemos aqui as palavras repressivas pronunciadas a tal propósito por Mr. Asquith no seu discurso de 1 de março de 1915, por nós transcriptas no nosso opúsculo **A guerra**, que no outomno d'esse anno sahio a lume.

As impressões da Rússia sobre o convite pacifista dos impérios Centraes, da Rússia governamental bem intendido, constam da seguinte nota officiosa que

foi communicada ao Mundo pela Havas em telegramma de Petrogrado com a data de 15 de dezembro: o convite «destinava-se a lançar sobre as Potencias alliadas a responsabilidade da guerra», e a satisfazer «a necessidade» sentida pelo Governo allemão de «reanimar a coragem do seu povo, e de o preparar para novos sacrificios» (1); recordava, como justificação d'este juízo, a promessa (proposta, provavelmente) de paz que o mesmo Governo fizera seguidamente á tomada de Varsóvia e á conquista da Sérvia, e «o malogro dos balões d'ensaio lançados nos paizes neutros, especialmente nos E.-Unidos», da qual resultara nos exércitos (allemães, claro é) «uma profunda desconfiança»; e concluía por affirmar «a firme vontade da *Entente* em proseguir na guerra até ao final triumpho».

Não se podia ser mais cathegórico: o convite é uma manobra; não estamos resolvidos a attendel-o, nem sequer a escutal-o.

Melhor ainda que esta nota officiosa, exprimem a intenção deliberada de *non-recevoir*, de repulsa summária e desabrida, as seguintes palavras do sr. Pokrowsky, e a resolução seguidamente votada por unanimidade na augusta representação nacional do povo russo.

O intento do convite, segundo aquelle homem político, consistiria em «aproveitar a Allemanha as conquistas temporárias antes que a sua fraqueza interior se revelasse, e no caso de insuccesso explorar no interior do paiz a recusa dos alliados»; o Governo russo «recusava com indignação interromper actualmente a lucta, permittindo assim á Allemanha aproveitar o seu ultimo exito (o da campanha contra a Rumania) para submitter a Europa á sua hegemonia» (*sic*); e affir-

(1) Cf. estes trechos da nota officiosa russa com a sua paráphrase na resposta collectiva da *Entente*, de 30, dezembro.

mava elle, por último, o pleno accôrdo entre as Potências alliadas, e a sua «necessidade vital de conduzir a guerra até um fim victorioso». Na moção affirmava-se que a paz «só era possível depois do triumpho decisivo sobre os inimigos».

Todas estas impressões e resoluções do mundo político da Rússia é a insuspeita Havas que nol-as transmittiu em telegrammas de Petrogrado, com as datas successivas de 15 e 16 do mez citado. Sabia-se já então na Rússia, com toda a certeza, o theor do convite feito pelo Bloco dos impérios, pois que se tracta, nas transcripções que fizemos, de palavras e deliberações officiaes, e já o sr. Sonnino, respondendo a uma pergunta na Câmara dos deputados, declarava depois de a «ler textualmente» que nenhuma indicação n'elle havia sobre as condições da negociação suggerida, e que não diria nada sobre o caso antes d'estar d'accôrdo com os governos alliados.

Embora emanasse d'um correspondente particular, esta noticia era authenticã, como posteriormente pôde ser verificado. Por consequência, o Governo e a assembleia legislativa russos dúvida alguma tiveram em se anticipar aos seus amigos alliados na expressão do intento firme de não conceder ao convite allemão o que poderíamos denominar «as honras de cidade». E' para notar cuidadosamente este voto prévio e tão nitida e sumariamente formulado. E não é menos para archivar com attenção o receio do sr. Pokrowsky de que a Allemanha aproveitasse a sua última victória para «submeter a Europa á sua hegemonia». Não era a primeira vez, nem seria a última, que os Governos e a imprensa dos Alliados manifestavam este receio pueril pelo futuro predomínio da Allemanha na Europa na hypóthese d'uma paz prematura, quer dizer, celebrada sem que os Alliados a impozessem; se reconhecia pois implicitamente a sua incapacidade, ou pelo menos im-

previdência incuráveis para a prevenir ou annullar; e se confessava tacitamente o valor que se ligou á offensiva dos Rumenos — diríamos com mais justeza, as esperanças imprudentes — e por consequente o alcance da victória dos Centraes n'esse theatro da lucta.

Mas então, a 16 de dezembro, os quatro Gabinetes (de Roma, Paris, Londres e Petrogrado) ter-se-hiam já entendido sobre o acolhimento a fazer ao convite do Bloco? Parece que não; porque dos discursos de Mr. Lloyd George e do sr. Sonnino, ambos pronunciados após as datas referidas, se depreheende que a resposta definitiva a dar ao adversário estava ainda pendente de negociações, provavelmente só por ora entabuladas. E' de suppôr — illudemos — que se tratasse apenas de assentar nos termos em que ella devia redigir-se, de sorte que a unanimidade de vistas poderia já ser completa relativamente á rejeição. Levam a formular esta hypóthese outras noticias da mesma fonte fidedigna, por esses dias publicadas nos jornaes, sobre a linguagem e attitúde de várias personalidades eminentes na política franceza e ingleza.

Assim, lia-se nos órgãos jornalisticos da França mais frequentemente invocados pelos nossos que M. Briand considerava o convite uma «manobra» destinada a semear a desintelligência entre os Alliados, e contra a qual, portanto, a nação devia precaver-se. Inutil insistir no valor que representaria, aos olhos dos politicos e até da grande maioria dos Francezes, a opinião d'um homem público com os talentos, as virtudes e os serviços do então presidente do Conselho. Quanto a homens públicos inglezes, dizia a Havas, em telegramma de Londres, de 16, que Mr. Bonar Law affirmara na Câmara dos Communs a politica de Mr. Asquith, isto é, que os Alliados «só acceitariam uma reparação idónea pelo passado, e uma firme garantia para o futuro»; e de Mr. Henderson, membro do par-

tido laborista, que «uma indemnisação pelo passado não era sufficiente, e se devia oppôr uma cerrada resistência — «mascara impassivel», na versão d'um correspondente — ás propostas allemãs». Ora, se no mesmo telegramma de que nos estamos quasi textualmente servindo, lêmos o informe dado aos Communs por Mr. Bonar Law de que do convite allemão «nenhuma notificação official havia ainda sido recebida» (a 16, convem lembrar), não se verá na linguagem dos homens públicos, inglezes e francezes, de quem fallávamos o propósito antecipado, firme, e pouco razoavel em nossa opinião, de fazer ouvidos surdos ao convite, fosse qual fosse de resto, que os impérios Centraes formulavam, ou viessem a formular emquanto as vantagens militares estivessem do seu lado? Adeante vê-se-ha que esta observação não é inutil.

Decidir, antes de precisamente se saber do que se tracta, implica por força razões que não seria facil produzir, queremos dizer, proclamar sem hesitações nem reticências. Por alheios que sejamos, com os nossos leitores, a questões protocolares, nenhum de nós trepidaria em affirmar que seria prudente, equitativo e correcto, ouvir primeiramente o que o adversário propunha ou pretendia, e só depois de escutadas as suas razões, e de confrontadas reflectidamente com as nossas, responderíamos o que á nossa honra, segurança, interesses, reivindicações ou aspirações, mais conveniente, habil ou justo nos parecesse. Admittimos até que se desse com «a porta na cara» ao visitante — seja-nos relevada essa expressão familiar —; mas depois que houvesse motivos, averiguados antes com escrupulo, para o deixar ficar na rua. As «atrocidades», «violações cynicas do Direito», as «devastações», as «ruinas», as «lagrimas», o rosário, emfim, das accusações que lhe tem sido dirigidas, é que impediam os Alliados de o attender? Dando de barato por'ora que todas essas

accusações têm fundamento, sem que nenhuma réplica, nem attenuante alguma, sejam acceitaveis; admittindo por estabelecido perfeitamente, sem que haja possibilidade da intromissão da mais leve dúvida, que n'essa longa série d'attentados, longa numericamente e no tempo, a linguagem, a attítude e o proceder dos Allia-dos nenhuma culpa reconhecem — então não havia que perder uma hora sequer em discursos, recriminações, consúltas, notas officiosas e officiaes sobre um caso, senão previsto já, como se affirmou publicamente, pre-visível. Apenas o esperado, ou esperavel, convite foi annunciado pelo chanceler do alto da tribuna do Reïchstag — ordem immediata aos ministros da *Entente* nas differentes capitães dos neutros para lhe recusarem *in-limine* a recepção; pedido argente ao jornalismo para se não dignar consumir tinta e papel com tal assumpto; explicação, em meia dúzia de palavras, aos parlamentos e opinião pública nos paizes alliados do procedimento justiceiro que se adoptara com povos que deliberadamente se haviam posto fóra do Direito, in-ternacional e commum, e de comesinhas considerações de humanidade. Para «bandidos», «piratas», «assas-sinos», se havia convicção no despejar da catadupa d'impropérios, indubitavelmente era o único procedi-mento a seguir.

Da attitude assumida desde o dia 13 pela gene-ralidade dos jornaes nos quatro paizes alliados é isto ao menos o que seria natural inferir. «As notícias — dizia a Havas em telegramma de Londres, 16 — da desprezível recepção feita pela imprensa alliada ás pro-postas de paz allemãs causaram, seguindo se diz, um grande desapontamento na Allemanha». Sobre «o des-apontamento» havia dúvida, para a cáutelosa agência; no que a não havia era na «recepção desprezível», desprezadora aliás, que á imprensa da *Entente* tinham merecido essas propostas.

E se a imprensa só reflectia n'este ponto o sentimento público e as disposições dos governantes; se entre povos, governos e jornaes occorria, acêrca d'elle, a unanimidade que a mesma insuspeita e proba agência consignava na nota que ficou atraz resumida, ninguém contestará que fosse de prevêr o acolhimento official que acima se asseverou ser o único possível.

Que vimos nós porém na realidade?

Mr. Lloyd George (Ld., 20) consagra ás «desprezíveis» propostas allemãs um d'aquelles seus largos, eloquentes e habilíssimos discursos a que estamos ha muito, antes mesmo da grande guerra, habituados. Apezar de, a certa altura d'elle, interrogar, n'uma como hesitação amargurada: «Vamos nós, sem que uma reparação seja dada ou offerecida, apertar amigavelmente a mão que commetteu atrocidades?» — responde com desinvolvimento, e com o impetuoso desembaraço que lhe caracteriza a oratória, não á nota, «que chegou muito recentemente», mas ao discurso em que fôra annunciada, e do qual a nota nada mais era do que a reproducção paraphrástica. Não é elle apenas quem responde; responderá tambem o Governo de que faz parte. «De pleno accôrdo com os nossos valentes allia-dos» explica no começo; mas o seu Governo dar-lhe-ha uma resposta. «O fundo da nota — illucida logo abaixo — «foi entr'elles officiosamente discutido», sentindo-se feliz por declarar que uns e outros, não obstante um exame «separado e independente», tinham chegado a eguaes conclusões.

Quaes conclusões foram estas? A rejeição sum-mária do convite? A recusa em proseguir em quaes-quer negociações sobre o assumpto? A reedição apai-xonada das queixas e invectivas antecedentemente prodigalisadas ao inimigo? Nada d'isso, se bem inter-pretamos o que temos lido no discurso, — porque mais d'uma vez o percorremos com o minudente cuidado

que votamos á questão, e á palavra ardente e commo-vida do orador. «Antes de tomarmos em consideração o convite da Allemanha — accentua depois d'um curto e sentido preâmbulo acêrca d'anteriores despotismos militares, e das penosas recordações que vincaram na memória da Grã-Bretanha — «o nosso sentimento é que deveríamos saber se ella está preparada para acceder ás condições em que é possível obter e manter a paz da Europa». Evidente, pois, não haver aqui uma recusa formal, definitiva, á suggestão — para designarmos o documento allemão por um nome inglez apropriado — interposta, no estrondo e na fumaça da lucta, pelo gabinete de Berlim. O que ha, na opinião do ministro radical, e por certo na do Gabinete a que preside, é a expressão do desejo de que uma questão prévia se resolva. Claro que esta questão é a que vimos precisamente de transcrever; e a unanimidade de vistas a que o exame «em separado e independente» da nota allemã conduziu os Governos alliados, referé-se ás condições em que a paz podia ser negociada.

Resume-as seguidamente Mr. Lloyd George, reportando-se a declarações antecedentes dos Governos amigos e do seu antecessor na presidência do ministério, M. Asquith, na tryada notória a quem vem seguindo com attenção os actos e palavras dos Governos belligerantes: «restituições, reparações e garantias», exemplificando em breves e incisivos termos o que as últimas das tres palavras significam. Como adeante retomaremos o assumpto, deixal-o-hemos agora de lado na resenha rápida que estamos fazendo do discurso.

Consigne-se apenas que o orador julga impossivel a paz sem reparações, pelo menos relativamente aos factos, que cita, da invasão e ruina da Bélgica e da guerra submarina; e que, no seu modo de o encarar, o discurso de Bethmann Hollweg é, «no seu fundo e na

sua forma, a recusa em consentir na paz com as únicas condições de paz possíveis».

«Esta nota e o discurso que a annuncia — prosegue Mr. Lloyd George, desapontado—não nos trazem nem grande animação nem grande esperança d'uma paz honrosa e duradoura»,... «paz que seria especada no espírito arrogante da casta militar da Prússia, origem de todos estes grandes males». E depois de se esforçar por justificar historicamente esta asserção, conclue: «A promessa de respeitar (subintende-se: para o futuro) a neutralidade da Belgica não satisfará nunca a Europa», conforme de recente passado era facil colligir. «Porconsequinte' esperaremos saber quaes as garantias e quaes as condições que o Governo allemão nos offerece, mas que sejam mais seguras e melhores do que aquellas que tão levanamente violou...»

«Por agora não julgo a propósito, a meu vêr, accrescentar o quer que seja acêrca d'este convite particular. A resposta em regra dal-a-hão os alliados d'aqui a dias».

Aos leitores portuguezes que não tenham lido na íntegra o discurso convem frisar não haver n'elle a mínima insistência na devolução de territórios, nem uma única palavra allusiva á Alsácia-Lorena e á Polónia, ou a desmembramentos a operar no que era território inimigo antes da guerra. Nações especificadas ahí, a propósito da violação de compromissos e direitos, não vemos senão a Bélgica e a Sérvia; e na continuação d'elle, que a Havas se contentou em dar na súmmula, e até por esta mesma circumstância, é mais que provavel não se conter a menor referência ao que, na parte da peça oratória textualmente divulgada pela solicita e verídica agência telegráphica, se denomina *restituições*. Mera casualidade o silêncio? Talvez. Não é porém desarrazoado suppôr que fosse tambem intencional.

Como quer que seja, Mr. Lloyd George que, pela maneira como formula e justifica a sua questão preliminar, parece ir logicamente desfechar n'um *non possumus*, ou no que se chama em portuguez um «bêcco sem sahida», deixa realmente a porta aberta a possíveis negociações com o inimigo, se os amigos não tomarem a precaução, ou commetterem o descuido, de a cerrar atraz de si. Pelo unísono, mantido por necessidade evidente, com as correntes hostis a um entendimento para a paz até ahi manifestadas, Mr. Lloyd George, renovando o precedente famoso de Marco António perorando á multidão romana em excitação deante da túnica ensanguentada de Cesar, dir-se-hia um vingador inflexivel dos ultrajes que lança em rosto ao inimigo. Pelo que se abstem de recordar, e pelo tom, mênos indignado que melancólico, que sabe imprimir ás derradeiras phrases em que ventila o delicado thema, depois de ter habilmente endossado á Prússia e á sua casta militar uma iniciativa odiosa lançada primeiramente á conta do império todo da Allemanha, lembra ainda o grande orador da velha Roma arrastando para a sua causa o auditório que a sua eloquência empolgante seduz. Não impõe já comminatoriamente, segundo se poderia presumir do trecho inicial que transcrevemos, as condições *sine qua non* da Quádrupla que menciona um pouco adiante; espera que o adversário diga as suas, limitando-se a desejar que sejam «mais seguras» do que o foram no passado.

Tal era a attitude do estadista inglez, e do Gabinete de que era chefe, é claro, na questão do convite da Allemanha oito dias depois que o chanceler o entregara em Berlim aos representantes das tres Potências neutraes que foram apontadas acima.

Mas para bem se avaliar quanto ella correspondia ás disposições geraes da população ingleza, e se dissiparem quaesquer dúvidas, no espírito de quem nos

lêr, sobre uma possível illusão da nossa parte, convem que demos aqui as impressões que, segundo o testemunho do correspondente da Reuter, na frente occidental, divulgado pela Havas em telegramma de Londres (21, dez.º), manifestaram, á recepção da notícia da nota allemã, officiaes e soldados do exército inglez. Foi primeiro, e geralmente, recebida a nova — dizia o correspondente — «com ditos sarcásticos e incrédulos». Quando, porém, chegaram da Inglaterra telegrammas garantindo-a, «o interesse augmentou enormemente, sendo esse o único assumpto das conversas». Era opinião dos soldados que o discurso de Bethmann Hollweg no Reichstag, precursor da remessa da nota como vimos, era realmente «a expressão do sentimento da Allemanha onde a paz se desejava com ardor, mas só com as condições que lhe convem», o que tornava impossivel um accôrdo actualmente, e derivara não menos do revez soffrido no Somme e da convicção de que a lucta proseguiria com a mesma desvantagem para ella. Em summa: a uma necessidade interna de paz, ao desánimo pelo presente e ao receio pelo futuro, attribufam os soldados inglezes da frente occidental o annuncio conyite do chanceler, a ser verídica integralmente, como não era improvavel de resto, a communicação do informador. Era ainda convicção expressa pelos soldados que «a única paz possivel é a que se bazeia nas condições dos alliados, estando por isso dispostos a impôr a vontade do seu paiz ao inimigo». Mas não é menos clara nem peremptória a affirmativa, feita na communicação de que se tracta, que «o desejo de paz», no acampamento inglez, «é geral», mas que «todos, officiaes e soldados, concordam em não confiar nas propostas allemãs».

Julgamos que se terá perfectamente comprehendido. Havia um óbice lamentavel, que ficou assignalado já no discurso de Mr. Lloyd George, a um assenti-

mento immediato ao convite lançado opportunamente de Berlim, e a uma expansão completa e franca d'alegria: a desconfiança nas «propostas allemãs».

Esta phrase do correspondente não era exacta, é manifesto: «propostas», no sentido corrente da palavra, não as continha a nota annunciada. «Proposta», no sentido de s'entabolar conversações, é o que certamente quiz dizer. N'este caso, a desconfiança versaria sobre a probabilidade do que a imprensa e homens públicos da *Entente* qualificavam de «manobra», «astúcia», «perfidia». Removida ella, e não seria difficil removel-a, é positivo — e eis o que importa por emquanto — que «o desejo de paz era geral» nos officiaes e soldados inglezes.

Sobre o acolhimento que a noticia da nota allemã recebeu no exército francez não possuimos informação directa e auctorisada como a que vem de ser dada nas rápidas linhas que precedem. É contudo licito inferil-o da transcripção feita em telegramma inserto n'um jornal portuguez, com as indicações de Paris, 14 de dezembro, pelo seu correspondente, d'uma ordem do dia endereçada pelo general Mangin ás suas tropas, a propósito das recentes vantagens obtidas por ellas em Verdun:....«Meus amigos! Confessando-se incapazes de nos vencerem nos campos de batalha, os nossos selvajens aggressores ousam preparar-nos a cilada grosseira d'uma paz prematura»... «Os nossos paes da revolução recusavam-se a tractar com o inimigo enquanto elle pizasse o solo sagrado da pátria, enquanto não fosse lançado para fóra das fronteiras naturaes, enquanto o triumpho do Direito e da Liberdade não estivesse plenamente assegurado contra os tyrannos». Affirma depois que a França nunca tractará «com assassinos e carrascos de mulheres e de creanças», nem com um Governo para quem os tratados são «pedaços de papel»; que lhes «imporá a sua vontade»

depois que os reduzir á impossibilidade de fazer mal; e que a propostas hypócritas responderá «com a guela dos canhões e a ponta das baionetas».

Tribuno concludente e desimpedido, sem «papas na língua», como dizemos cá por casa, o intrépido general a quem a França deve, em grande parte, a consoladora *revanche* de Verdun. E se, conforme tudo leva a acreditar, os seus homens liam pelo mesmo breviário, inútil dispender palavras em pôr a nu um estado d'alma que esse clangor de trombeta nos deixa promptamente adivinhar, melhor diríamos, nos mette, á guisa d'um vendaval, pelos ouvidos dentro. «Hypócritas propostas», «pedaços de papel», «assassinos e carrascos», «canhões», «baionetas», um dilúvio d'invectivas e ameaças, um sibilar estrondoso de metralha: tal a resposta que, pela penna do general Mangin, o exército francez se digna enviar ao convite pacifista da Allemanha. Apresenta bastante o cunho d'uma eloquência castrense; mas, mesmo por isso, não se lhe pode regatear o que é costume designar-se, litterária e artisticamente, «côr local», nem o poder de persuasão que toda a palavra sincera, sobretudo quando apaixonada, reconheceu, e reconhecerá enquanto houver um drama no Mundo e corações a commover. A notar simplesmente — e n'esse intuito é que trasladamos as passagens do discurso militar, e não em rigor uma ordem do dia, que se lê acima — a convicção do seu auctor, concordante n'este ponto com a do então presidente do Conselho do seu paiz, de que o convite allemão era uma «cilada»; de que esta cilada, ao que se collige da phrase inteira, consistia no character prematuro do convite; de que negociação alguma se devia entabolar com o inimigo sem que primeiro evacuasse o território francez não só invadido em agosto de 1914, mas o que, pelo tratado de Francfort, estava occupando desde 1871. É este o sen-

tido da expressão «fronteiras naturaes». E, por'ora, nada mais nos é preciso. Temos aqui dados bastantes para as reflexões que sobre a questão transcendente da paz teremos adeante de fazer.

Conhecida, por este modo, a attitude da França e da Rússia, se estas indicações são exactas, resta-nos tirar a limpo a da Itália durante o mesmo lapso de tempo, isto é, antes de prompta, como é de crêr, a nota collectiva das Potências alliadas, ou pelo menos antes que ella fosse entregue aos ministros dos néutros intermediários dos dous grupos belligerantes.

A primeira notícia que temos d'ella vem n'um telegramma de Roma, a 13, relativo ao que passara, n'esse dia, na Câmara dos deputados italiana. Baslini interrogou o ministro dos negócios estrangeiros sobre a nota; e o sr. Sonnino respondeu que a nota, lida por elle n'esse instante, nenhuma indicação dava sobre as condições da negociação que era proposta; e o Governo italiano por isso, «dada a importância excepcional» do documento, não podia communicar á Câmara as suas intenções sem prévio accôrdo com os países alliados. O telegramma não é da Havas; mas a publicação ulterior do discurso que sobr'ella o ministro pronunciou veio depois confirmal-o plenamente, conforme se advertiu n'outro logar. A attitude do Gabinete italiano vinha a ser, portanto, de reserva provisória, nem d'assentimento nem de rejeição, mas de prudente expectativa do que resolveriam as nações amigas interessadas no importantíssimo problema que lhes era formulado por Berlim.

Em novo telegramma de Roma, do dia immediato, affirma-se que nos círculos politicos e diplomáticos, e na imprensa, o convite allemão era julgado, «unanimemente, insidioso», não pondo ninguem dúvida em que seria rejeitado.

Só bastante tardiamente, nos jornaes dos últimos

dias de dezembro, nos apparece o discurso do sr. Sonnino, em reproducção parcial feita pela Havas, sobre o que esta espécie de porta-voz dos Aliados denomina «*ultimatum* para a paz», e «offensiva diplomática» do bloco dos impérios.

Não consta da nota da agência officiosa o dia preciso em que foi pronunciado. Suppomos que seria a 14 ou 15 de dezembro, datas em que parece ter debatido na Câmara a questão o deputado socialista Turati, defendendo os propósitos guerreiros d'uma fracção d'esse partido contra as disposições pacifistas d'outra fracção consideravel.

Apreciado no seu todo o texto dado a público, o ministro, por consequência o Governo italiano, não s'inclinava muito, pelo menos abertamente, para o *non-possumus*, desde a primeira hora interposto, sem provavel equívoco nosso, pelos Gabinetes de Paris e Petrogrado. Transige-se n'elle, tal qual se viu no de Mr. Lloyd George, e como era, de resto, d'elementar táctica política, com a corrente apaixonada e *outrancière* dentro do recinto da Câmara e fóra d'elle. Mas, não menos habilmente e menos claramente que no do presidente do Governo britânico, deixa-se a porta entreaberta a um possivel retorno do desejado visitante. «Desejado»: intencionalmente o escrevemos. Nada mais fazemos aqui do que trasladar não apenas o pensamento, as palavras mesmas de que o sr. Sonnino se serviu.

«Todos estamos desejosos de paz, e d'uma paz duradoura»—declara. Sem dúvida, e com toda a razão, a quer em bazes que, no seu ponto de vista, o satisfaçam. No emtanto, posta de parte a questão de saber até onde os seus pontos de vista seriam conformes aos do grupo adversário, é indubitavel que a deseja. E até mesmo, talvez, levando desde já em linha de conta essa questão.

As condições negativas — digamos assim — em que julga poder a paz ser negociada, seriam com certeza reconhecidas pelos dous grupos em guerra sem a menor difficuldade. «Não aspiramos — diz elle — a conseguir um regulamento (tratado, accôrdo, convénio) internacional d'escravatura, ou prepotência, e que implique o aniquilamento de povos ou nações». Quem se lembraria com effeito, ao menos hoje, de contestar a legitimidade da aspiração expressa n'esta phrase? As condições positivas, resalvados o direito e a necessidade de lhes precisar melhor os termos, um pouco vagos, e o alcance, que não é possível medir logo, sobretudo para uma d'ellas, não é de crêr que o Bloco erguesse embargos que não fosse possível desfazer, suscitar objecções que não fosse possível refutar. A seguir á passagem que foi atraz reproduzida, explica, de facto, o sr. Sonnino que, para elle, uma paz seria «um regulamento (internacional, subintende-se) cuja duração deve depender da solidez com que foram rebentadas as cadeias que submettiam um povo a outro, ou do justo equilibrio entre os Estados, do respeito ao princípio das nacionalidades, ás regras do direito das Gentes, e ás altas razões da humanidade e da civilização». D'uma forma muito mais concisa e bastante mais elástica, são estes egualmente os votos, conforme se viu, expressos por Mr. Lloyd George no discurso que proferiu dias depois (ou ao mesmo tempo?).

Não seriam todos estes votos, ou condições de paz a que chamamos positivas, susceptiveis d'acclarações, e de concessões mútuas bastantes, para um entendimento preliminar sobre as bazes que serviriam de plataforma á conferência? Quer-nos parecer que sim. Quando o ministro falla em «despedaçar cadeias» que prendiam um povo a outro emprega, evidentemente, uma metáphora excessiva, e até escabrosa para algum dos Alliados se tomada muito á lettra, visando só, ao

que pensamos, a obtemperar a uma possível indignação dos patriotas violentos, e a não prejudicar, com essa precaução oportuna de retórica, o prosseguimento de negociações que se desejava.

Notou-se já que foi essa a tática seguida também por Mr. Lloyd George, aliás de uso corrente e indefectível, em situações delicadas, por todos os bons maneiradores de multidões. Não recorreria a outra linguagem, nem assumiria outra attitude, o menos rhetórico dos ministros que dirigem nos Governos da *Entente* os negócios estrangeiros, desde que o animasse algum interesse porque a paz se concluísse, e desde que tivesse de se dirigir a assembleias, mais do que assembleias, a povos facilmente impressionáveis, e ao tempo naturalmente divididos em correntes emotivas um tanto longe da constância de rumo que lhe permitisse fallar d'outra maneira. Acresce — e observaremos que foi este um erro inicial, a que nos referimos com mais largueza n'outra parte — que não havia terreno sólido sobre que entretecer considerações mais explicitas, e por maioria de razões, tomar uma attitude mais firme e desassombrada, por sincera que fosse a vontade em desarmar a formidável tensão moral em que a Europa vivia ha tantos mezes.

«Não conheço indicação alguma — contrapõe o ministro aos boatos de propostas concretas de paz offerecidas pelo Bloco Central — que se refira ás decantadas condições eventuaes, além das palavras do próprio texto da nota inimiga, que tive a honra de lêr á Câmara quando respondi á primeira pergunta feita ao governo pelo sr. Baslini». E volta a insistir um pouco abaixo: «Não existem, pois, propostas, afóra a generica (proposta) d'abrir negociações. Se fossem feitas propostas ulteriormente, pensaríamos então o que conviria fazer; porém, não seria pratico nem sério discutir tal cousa no dia d'hoje». E ainda: «Na presença d'uma proposta

séria, com bases concretas de negociações, bases taes que possam dar satisfação aos principios geraes de justiça e de civilização mencionados (e que transcrevemos atrás), ninguem poderia oppôr uma negativa *a priori* a tratar d'essa negociação».

Não é claríssimo? O sr. Sonnino, é certo, reportando-se aos rumores d'offerta, pelos Impérios á Italia, do Trentino e de Trieste, da Alsácia-Lorena á França, etc., põe em guarda os homens públicos do seu paiz, e geralmente os seus concidadãos, contra eventuaes manejos do inimigo; o sr. Sonnino nitidamente accentua que nenhum dos Alliados poderia tomar em consideração qualquer offerecimento do Bloco sob uma forma separada; o sr. Sonnino não hesita sequer em qualificar de «fanfarrão e falho de sinceridade» o preâmbulo da nota; e é, no emtanto, incontrastavel que faz uso, n'estas e outras passagens do discurso aparentemente aggressivas, ou desagradaveis, para o Bloco, d'uma linguagem bem mais moderada que a do presidente do Gabinete britânico, e que termina, exactamente como este, por exhalar'um como suspiro e um queixume pela inhabilidade, desconhecida ou mal-entrevista intenção, que o inimigo poz n'um acto que, no íntimo, se desejava vêr coroado d'êxito.

Foi, certamente, por haver claramente comprehendido então, se não o tinha antes percebido, que a nota deixava muito a desejar para o objectivo que se buscava promover, que o Governo allemão, para obtemperar aos reparos tão justamente adduzidos pelos dous estadistas, o italiano e o inglez, e tambem para aproveitar a «deixa», fosse ou não intencional, que é facil descortinar nos dous discursos, resolveu esclarecer por uma nota officiosa a significação real do seu convite. Sentimos que não lhe desse toda a auctoridade e todo o crédito da sua excellente informação a agência Havas. Não havendo porém surgido nenhum desmen-

tido ulterior, por qualquer das agências telegráficas e de qualquer dos Governos interessados na questão, a veracidade da que se lia nos jornaes portuguezes em telegramma de Zurich, 22, podemos consideral-a sufficientemente garantida. Após um curto preâmbulo affirmativo da precisão da nota de 12, relativamente ao espirito que a dictou, diz-se na explicação officiosa a que nos estamos referindo:

«As potências centraes fazem a sua offerta na convicção de que os seus direitos e justas reivindicações não estão em desaccôrdo com os direitos dos outros paizes.

«Declaram ainda que não querem anniquilar nem destruir cousa alguma.

«A sua proposta deve ser considerada como garantia do concerto d'uma paz duradoura».

Termina por observar que uma indicação mais precisa das condições de paz crearia ás Potências centraes uma situação embaraçosa, pois «teriam de ir para a discussão com as mãos atadas», «levando completamente livres» as suas o partido adversário.

Synthetizando esta exposição um tanto longa, e ainda insufficiente, comtudo, para a excepcional transcendência da questão, julgamos ser-nos lícito affirmar, circumscrevendo-nos á attitude das Potências da *Entente* no ponto de vista official: que a França e a Rússia manifestam desde logo o seu propósito de não admittir o que se lhes affigura uma «insídia» ou uma «manobra»; a Inglaterra e a Itália, sem occultarem tal qual suspeita ou desapontamento pela sobriedade excessiva da proposta, deixam entrevêr a possibilidade de que as negociações venham, afinal, a entabolar-se na hypóthese de que essas preocupações ou dúvidas sejam completamente dissipadas. Intransigência irreductivel, ou com pouca probabilidade de se render, desobre-se claramente só na Rússia e na França; na

Itália e na Inglaterra o desejo de parlamentar quer-nos parecer indiscutível. Porque não se poderia, então, parlamentar? Porque triumpharia a intransigência? Porque circunstâncias o que pensamos ser o voto íntimo da Itália e da Inglaterra, d'este poderoso alliado sobretudo, se as nossas impressões não são chimera, não quiz ou não conseguiu prevalecer?

II. AS NOSSAS IMPRESSÕES

Apezar do que uma parte da sua imprensa declarava, a nota dos impérios Centraes parece ter sido para os Governos da *Entente* uma surpresa, um verdadeiro *coup de massue* como os Francezes têm o costume de dizer. Não o foi, porém, para nós. Desde a occupação de Crajova, ponto estratégico da mais evidente importância na linha férrea que vai d'Orsova a Bukarest, constituindo uma sorte d'espinha dorsal da rede ferro-viária da Valácchia; e com muito mais decisiva razão, desde a tomada da linha férrea, na Dobrudja, que liga Cernavoda a Constanza e a passagem consecutiva do Danúbio pelas tropas de Maçkensen, era facil antevêr o desfecho da infeliz tentativa dos Rumenos. Dispozemo-nos porisso a aguardar com paciência a iniciativa que tão profunda perturbação e alvoroço produziu nos países da *Entente* e no Mundo inteiro. Surprehendeu-nos só um pouco o momento em que os Centraes a tomaram. Com ella contamos sempre no caso de conseguirem subjugar o novo inimigo; mas um pouco mais tarde, quando um retorno offensivo na península dos Balkans por lado dos exércitos de Salónica, da Bessarábia e da Bukovina se tornasse manifestamente impossivel ou improvavel. A nossa expecta-

tiva nada mais era do que um corollário da opinião por nós expressa no opúsculo **Hora crítica** sobre a attitude dos vencedores da Sérvia e, da Albania na campanha do anno anterior. No trecho consagrado n'elle á apreciação d'esta campanha escrevíamos que tinha sido um erro grave a desistência de s'expulsar os Anglo-franceses de Salónica, e de Valona os Italianos, ainda que não houvesse já a intenção, ou se reconhecesse a impossibilidade d'invasão e conquistar o Egypto; ao menos de se repellir os Italianos d'este último porto marítimo, admiravelmente disposto para abastecer com segurança, e servir de base d'apoio militar aos alliados de Salónica. Qual julgamos então que seria o plano do Bloco dil-o-hemos em trabalho especial. Por enquanto, limitar-nos-hemos a corroborar a opinião claramente emitida n'esse opúsculo, com o simples additamento de que a esse erro militar, que de resto nunca se nos affigurou ser da responsabilidade de Mackensen, nem mesmo de qualquer dos outros generaes, allemães, austriacos ou búlgaros, que dirigiram a campanha, se juntou o erro político de se haver renunciado, sem que até hoje atínemos com motivo aceitavel da renuncia, á promettida viagem de Guilherme II a Constantinopla e a Athenas. A aggressão da Rumania, um anno decorrido sobre a redução da Sérvia e do Montenegro, e sobre o avanço no território albanez até ao Epiro, não era mais que o resultado d'esse duplo erro, particularmente do primeiro, muito provavelmente oriundo da eterna intromissão do politicante em assumptos para que raras vezes téem competência e auctoridade.

Mais se pode lêr no trecho do opúsculo, a que estamos alludindo, que tendo-se desistido das operações militares no Oriente, e a não haver a certeza absoluta (dentro das previsões humanas, claro é, na complicadíssima questão) d'esmagar o inimigo, seria «generosidade e

habilidade» no Bloco propôr ou promover negociações de paz, pondo assim termo a um conflicto que fazia soffrer todos os povos, os belligerantes e os neutros, e cujo desfecho favoravel para um dos grupos contendores já desde setembro de 1915 nos parecia duvidoso (*A situação militar europeia*), e se tornava cada vez mais contestavel. Não se fez proposta alguma, ao menos de character collectivo como seria necessário, nem se deu indirectamente o menor passo com esse fim—não deixávamos tambem d'observar na passagem referida. A recente campanha dos Balkans (desde fins d'agosto de 1916) vinha a ser, pois, um simples «continua» á do anno anterior de 1915; e a proposta pacifica dos Centraes, a correcção tardia, da mesma sorte que o era esta campanha, d'um erro que ainda hoje se nos antolha incomprehensivel.

Campanha e proposta seriam porém, realmente correcções? Viriam a tempo, e seriam, conduzida uma e lançada a outra de maneira a restabelecer para o bloco dos Centraes, approximadamente claro, a situação desafogada, e mais do que isto, promettedora, ao ultimar-se aquella empreza militar?

Os raciocínios que fizemos, apenas se tornou para nós caso assente a occupação de Bukarest, resumil-os-hemos d'este modo:

«A conquista da Valácchia e da Dobrudja deverá ser, por fins de dezembro, um facto consummado.

«O invasor, se puder, installar-se-ha no delta do Danúbio de maneira a ter, assim, na sua posse as tres embocaduras, dominando-lhe por conseguinte o curso inteiro, e em Galatz quer para garantir melhor este dominio, quer para, eventualmente, apanhar os Russo-Rumenos de flanco na Moldávia oriental; mas não pasará, de certo, além do grande rio e do Sereth, que são duas fronteiras naturaes, preciosas para a defeza. Uma invasão successiva, de sul para o norte, da Mol-

dávia occidental é verosimil, se não encontrar deante de si consideráveis obstáculos da natureza (o terreno é accidentado, e interrompido transversalmente com frequência pelas ribeiras que se precipitam dos Carpathos para o Sereth) e das forças inimigas, e se houver a intenção, e facilidade relativa já s'intende, de atacar o flanco esquerdo dos Russos e os expulsar da Bukovina, seguidamente ou mais tarde, conforme as resistências encontradas, da Galícia oriental. Mas esta operação será, provavelmente, morosa e difficil pelas circunstâncias referidas; e ha outra, bem mais urgente e de não menor resultado, a emprender com a possível rapidez. Por consequência, o invasor ficar-se-ha pelo delta do Danúbio e pelo Sereth, e levará a sua marcha ascendente ao longo da margem direita deste rio até deparar com uma fronteira natural (crista d'algum dos contrafortes dos Carpathos, ou affluente do Sereth) que assegure perfeitamente, sem immobilisar grandes effectivos, a conquista realisada. Em fins de janeiro — calculávamos — esta espécie de fronteira suplementar ás do Sereth e Danúbio deve estar adquirida, e consolidada por modo a conter quaesquer contra-ataques inimigos (das noticias posteriores depreheende-se que foi o Putna a fronteira escolhida, ou que os Russo-rumenos impozeram).

«Posto em obra este plano, por certo passar-se-ha sem demora á empreza que desastradamente se não concluiu no anno antecedente: limpar até ás orlas mediterrâneas toda a península dos Balkans. A cooperação da Grécia official, depois da experiência colhida nas suas relações com a *Entente*, e das occorências passadas em Athenas nos primeiros dias de dezembro, de presumir que seja d'esta vez, se não o fôra da primeira, decidida, e porventura mais decisiva do que seria na campanha contra a Sérvia e o Montenegro. «100:000 homens, no máximo, com que ella contribua no Epiro e na Thessália — monologávamos — e os Italia-

nos não manterão Valona em seu poder, nem muito tempo Sarrail conservará nas mãos Salónica. Em fins de fevereiro, princípios de março de 1917, a questão deve estar, no emtanto, resolvida, e resolvida a favor do bloco dos impérios. É já tarde para que este éxito signifique militarmente o seu triumpho; mas será emfim, e litteralmente, a constituição d'um authentico bloco de nações, geographicamente contínuo, economica e politicamente solidário, d'uma resistência indefinida, ou que poderia assim tornar-se, a todas as investidas dos dez governos e povos alliados».

Um ataque ao «vespeiro» de Salónica—era o termo designativo, em correspondências d'origem allemã, do exército do Sarrail,—tão imminente e lógico se representava a profissionaes e a leigos que ninguem estranhou que o sr. Radoslavoff, presidente do Gabinete búlgaro, lhe desse por assim dizer o carimbo official annunciando-o n'um discurso.

O que pensávamos ser o plano dos impérios do Centro uma vez trazida a Grécia ao seu partido, reservá-lo para outra occasião. Com o que sempre contámos foi com uma offerta de paz logo que esta espedrada offensiva ao sul dos Balkans tivesse o éxito que não era leviandade presuppôr.

«Este convite para a paz—prosequíamos no soliloquio que estamos quasi textualmente reproduzindo—não deixará de ser lançado. A lucta pode continuar com vantagem para o Bloco, se avaliamos bem os seus recursos, e no emtanto sem vantagem decisiva para o Partido adversário. Mas uma victória militar, ou mesmo um triumpho indirecto pela ruina económica e o exgotamento financeiro da Rússia e as tres grandes Potências occidentaes, sobretudo Inglaterra e França que são quem sustenta a cohesão dos Alliados, era improvavel, ou só poderia ser tardia, e sobrevir em hypótheses especiaes (que em futuro trabalho discutiremos); além de que o

Mundo inteiro sente ha muito a fadiga, o tédio e a repercussão d'um conflicto de porporções extraordinárias, e cujo remate promette, não obstante, sahir fruste. Uma suggestão pacífica tem d'apparecer, por força, n'esse instante em que existem, d'um lado, razões e auctoridade para a fazer, e falta do lado adverso allegação attendivel para a desconhecer ou rejeitar».

Quaes os termos em que seria formulada foi thema que não vimos utilidade alguma em debater, já porque o debate seria prematuro, já porque a iniciativa d'ella, se bem que nos parecesse dever partir preferentemente do Bloco, não era improvavel, lembrando-nos o que n'**A situação militar europeia**» havíamos escripto, emanar de qualquer Potência neutra, ou Grupo neutral, e na ausência d'esta mediação officiosa, de qualquer das populações belligerantes mais sacrificada e insofrida. Contávamos com o facto, puro e simples, da proposta, nada mais; mas no momento só a que alludimos.

Sabe-se como as previsões, políticas e militares que vimos d'expôr, as confirmaram ou desmentiram os acontecimentos desde o dia 6 de dezembro de 1916, em que os Austro-allemaes e Turco-bulgaros ficaram virtualmente senhores, com a sua entrada em Bukarest, da Dobrudja e da Valáccia.

Circumscrevendo-nos ao objecto d'este opúsculo: o convite foi lançado, mas seis dias apenas decorridos sobre a occupação da capital da Rumania. Nada nos surprehendeu pois o facto; surprehendeu-nos só a escolha do momento. No caso d'uma recusa, possível sempre, comquanto não a julgássemos, um pouco ingenuamente provavel, não seria reforço de vulto ao argumento pacifista ter primeiramente bem segura, nas mãos ambas, toda a península balcânica, cortando assim á Parte adversa a mínima esperanza de qualquer nova offensiva perigosa por este lado?—tal a objecção que involuntariamente nos occorreu ao darmos com os olhos na

sensacional notícia dos jornaes. Por necessidade e por velho hábito, reflectimos o melhor que pudemos sobre o caso. E a conclusão a que chegamos foi que os imperios do Centro, prevendo a hypóthese da recusa, e sentindo-se senhores da península dos Balkans, tomaliam para excellente razão d'um ataque consecutivo contra Valona e Salónica, e preciso sendo, contra a Grécia; ou, vendo de resultado incerto esta campanha contra Sarrail e a Grécia venizelista, procurariam fazer a paz com a Rumania, libertando por este modo as forças que n'ella estavam empenhadas, se conseguissem com a proposta separar essa, e talvez mais alguma, pequena Potência dos colossos que tinham assignado o pacto de Londres.

O primeiro plano era habil; porque, recusado o convite, atacados e expulsos em pouco tempo de Salónica e Valona os Alliados, impossivel a estes articular o motivo de fraqueza que não s'esqueceram d'allegar para s'eximirem ás negociações que se lhes propunha; e mais firmemente se vincaria no espirito dos neutros a convicção da força e da generosidade do Bloco. Lembra-nos de o ter então qualificado, na persuasão de que o ataque a Salónica seria a réplica á recusa, de sagaz, «mephistophélico». O segundo, sem deixar de ser habil tambem, encaramol-o como aleatório, e talvez contraproducente; porque a teimosia d'esse e d'outros paízes pequenos em representar n'esta lucta papeis para que não dispunham de preparação, recursos e talentos que bastassem, se mostrara até ahi de todo rebelde ao mais comesinho bom senso, e porque o partido germanóphilo rumeno se mostrara, como o grego, impotente ou incompetente para a tarefa, bem mais facil, d'impôr socego e juízo ao aliadóphilo.

Nenhuma d'estas conjecturas recebeu sancção dos factos. O mez de dezembro decorria, e já dias antes d'expirar era muito de prevêr que o convite fosse rejeitado;

e contudo signal algum apparecia de que se cuidasse de celebrar com a Rumania a paz, e ir dispondo o investimento do exército de Salónica. Ainda n'este momento, em que vimos rememorando as occorências passadas n'esse mez e no de janeiro até á declaração do bloqueio submarino, nos parece inexplicavel a abstenção de se levar a guerra, apenas ultimada a campanha na Rumania, áquella região da península dos Balkans. Como quer que seja, a abstenção foi um facto, como um facto foi o inéxito, se alguma iniciativa se tomou n'esse sentido, da celebração d'uma paz em separado com o paiz balkánico invadido.

Extranhámos egualmente, ou antes, foram para nós desapontamento e desgosto, mal conhecemos os termos em que a Havas noticiava ser redigida a proposta pacifista, a inhabilidade e a impertinência que julgamos descobrir n'ella. Embora não a vissemos na íntegra, não hesitamos, á vista dos pobres e descoordenados fragmentos publicados na imprensa portugueza e estrangeira, em qualificar a nota dos impérios Centraes de inopportuna, desastrada e contraproducente, se um sincero propósito de paz realmente a inspirava. Que alludisse ás últimas victórias alcançadas no Oriente era d'esperar, e era mesmo imprescindivel, por evidente necessidade de lhe referir a appareição ás circumstâncias que a tinham, em grande parte, suggerido ás Potências do Bloco. Um convite de tal significação e de tão palpavel alcance carecia d'umas palavras preliminares que lh'explicassem a occasião e o theor. Até aqui não se pode razoavelmente censural-o, como apressadamente o fizeram jornaes e políticos da *Entente*, pel'as haver mencionado. O erro, melhor dito, a inhabilidade impertinente, estava em se frisar uma victória incontestavel mais do que era preciso, e mesmo justo; e de se não ter ao mesmo tempo o cuidado, que se nos affigurou elemental, d'esbater o que a menção

do éxito obtido podesse ter de pouco agradável ás Potências inimigas reconhecendo a cada uma, ou a todas collectivamente, o valor dos seus esforços militares. O Bloco triumphara da aggressão rumena, indirectamente pois d'uma offensiva perigosa que os Alliados haviam, sem dúvida, fomentado, e da qual é, no emtanto, indiscutível haverem esperado as mais «agradáveis surpresas» (d'este modo s'exprimia não sabemos qual jornal francez, celebrando a travessia do Danúbio pelos Rumenos); mas não podia nunca asseverar que a victória final lhe pertencesse. Por conseguinte, uma attenuante á expressão d'um éxito militar que não era decisivo, viria muito a propósito para esmaecer no espirito dos Alliados a impressão da referênciã inevitavel do convite áquelle triumpho, e que tanto mais penosa, para não dizer irritante, lhes seria quanto não lhes era possível impugnal-o, nem sequer desde já remedial-o.

A attribuição ao grupo inimigo da responsabilidade da guerra era flagrantemente deslocada, por inutil para o fim que se visava, por legitimamente susceptivel de refutação ou contradicta fundamentada, e sobretudo por introduzir na questão essencial um incidente que não deixaria de tornar difficilimo, senão impossivel, o accôrdo que se desejava promover.

Estamos concedendo — repare-se — que a origem da guerra é problema susceptivel de solução tão simplista. Porque a verdade, para quem está um pouco familiarizado com investigações de caracter social, ou histórico mesmo na accepção restricta da palavra, é que um tal problema é insolúvel, mau grado todo o nosso saber e toda a nossa experiência, que pode, quando muito, comportar uma resposta approximada no que respeita ao que se denomina «causas immediatas», queremos dizer, á intervençã, no acontecimento que se procura explicar, d'entidades (Governos, partidos, etc.) e de

personalidades (reis, diplomatas, etc.) conscientes das suas razões e objectivo; e que até, n'esse âmbito limitadíssimo das influências determinativas do acontecimento, a attribuição d'uma responsabilidade é sempre incerta, susceptível sempre de rectificações e objecções.

Na Allemanha, na sábia, na erudita, na philosophica Germânia, ignorar-se-hia, porventura, aquella verdade elementar?

Vimos algures, n'um jornal, chamar-se a Herr von Bethmann Hollweg um «philosopho»; e não sabemos se ao kaiser tambem assim o qualificam.

Homens intelligentes e de illustração acima do commum é positivo que o são. Philosophos duvidamos um pouco que o sejam,—se por philosopho se deva só designar o espirito capaz d'abranger um assumpto qualquer em todos os aspectos e relações que pode apresentar. O das origens d'esta guerra é precisamente um dos assumptos em que bem se poderia exercitar, e por consequência aquilatar, uma organização de pensador authenticamente philosophica. Sem a mínima intenção desprimorosa, e depreciativa muito menos, não crêmos que o chanceler da Allemanha se tenha referido, no discurso e na proposta pacifistas, ao melindroso e complicadíssimo problema como um philosopho poria o máximo escrúpulo em referir-se. Quando mesmo o soubesse ventilar, com a largueza e profundeza de vistas que assignalam os escriptos d'alguns seus compatriotas, a conjunctura não era azada para dissertações de philosophia, e o thema havia que ser arredado, ainda que só no intuito de não offerecer aos homens d'Estado inimigos cómodo ensejo para idénticas divagações, e s'eximirem eventualmente a um exame detido, escrupuloso, do objecto capital do escripto.

Ao lermos, no resumo dado pela Havas, essa espécie d'introito á parte substancial do documento, não pudemos reprimir um gesto mental d'impaciência

e desapprovação. «Inoportuno e impertinente»: eis — que se nos releve insistir — como involuntariamente qualificamos o imprevisito prefácio. Ficamos logo receiando o acolhimento pela *Entente*, e talvez por muitos paizes neutraes, que veio, com effeito, a receber. Se a campanha insistente da *Entente* para lhe attribuir toda a culpa da guerra forçava o Bloco a consagrar-lhe no convite algumas palavras de commentário, o que é qu'impedia d'insinuar cortezmente, quando muito com um leve tom irónico, a transferência do debate para momento mais propício, para quando a questão mais urgente da paz tivesse entrado ao menos na phase d'uma solução definitiva?

Exactamente por haverem sido reiteradas, e feitas com profusão em notas e discursos officiaes — um tanto esquecidos d'acontecimentos passados, e um pouco falhos de senso crítico e d'equanimidade justiceira — convinha replicar a essas affirmativas do adversário com meia dúzia de serenas linhas de repúdio, ao menos parcial, e de reserva da intrincada e escabrosa destriça de culpas para o instante em que a documentação completa do caso fosse conhecida no Mundo, e outros juizes, que não as duas Partes interessadas, por conseguinte suspeitas, sobr'elles podessem emittir o seu voto imparcial.

«Não julgam a Allemanha e os seus alliados poder aceitar, sem protesto, o endosso que se lhe tem feito da responsabilidade do conflicto, nem ser esta a quadra mais própria para agitar um problema de tal magnitude, e de tão óbvia difficuldade em debater-se com a proficiência e a exempção que reclama. A guerra é um facto, quaesquer que tenham sido realmente as innúmeras causas de que veio a derivar. O interesse commum julgam elles consistir agora, exclusivamente, em supprimil-o. Ser-lhes-ha pois relevado que deixem de levantar discussões que a resultado algum, acceito por

ambas as Partes, levaria, e cujo effeito, provavel consistiria unicamente em demorar, e acaso impedir, um recíproco entendimento». Por esta, ou por forma parecida esperávamos que os impérios do Centro s'expressissem na hypóthese de não lhes ser possível furtar-se a uma referência ao melindroso problema das origens, ou se querem (com quanto a responsabilidade não fosse thema mais singelo de tractar), das culpas da contenda formidavel. Que razões procedentes allegaria o adversário para renovar accusações e recriminações que uma curta passagem do convite, análoga a essa, antecipadamente considerava, com justiça e com baze, intempestivas?

Certamente, que nenhuma. Não era accusado n'elle de nada; nada, por consequência, se via obrigado a objectar no capítulo. A reincidencia da sua parte só poderia interpretar-se como plano assente, não de derimir um pleito preliminar, extemporâneo e insolúvel, mas de fugir á apreciação do que constituia o objecto capital do documento; e a responsabilidade que d'ahi lhe resultaria não seria nem tão velada nem leve que a sua causa não fosse attingida aos olhos da grande maioria dos neutraes.

Bem maior delicadeza de mão, do que a nota revela n'est'outro ponto do preâmbulo, reclamava do seu redactor a invocação da victória recente, e em geral da sua supremacia militar, sem ferir as susceptibilidades d'algum dos povos do grupo adversário. E todavia aqui mesmo não seria irrealisavel proeza dedilhar essa corda afinadissima com um pouco mais d'habilidade. «Depois dos exitos e victorias alcançados, a continuação da guerra não poderia quebrar a força da Quádrupla» — escreve-se n'uma das passagens do convite; e n'outra: «Côncios das proprias forças, propõem etc.» A não haver no documento integral mais alguma passagem allusiva ao assumpto a que nos estamos referindo, são

estas as fórmulas em que o redactor vasou o motivo por que se dirigia ao grupo adverso a proposta pacifista. D'uma seccura e rudeza que não dispõem favoravelmente nenhum leitor alheio a predilecções por qualquer dos Partidos belligerantes! — forçoso é reconhecer. Como haviam ellas de receber mais prompta e agradável recepção dos Governos e das nações do Partido contrário? Essas phrases, na sua dureza e laconismo, lembram mais a attitude rígida d'um velho chefe de soldados do que o gesto amavel do diplomata experiente.

«Os éxitos e victórias» antigos e recentes, claro que ninguem os podia razoavelmente pôr em dúvida; tivemos já, porém, occasião d'observar que não era permitido inferir d'ahi logicamente, como um corollário sahe d'um theoremata, que a «força da Quádrupla» não podesse vir a ser quebrada. Pelo menos, é seguro que esta invencibilidade militar futura nada tinha d'evidente, nem mesmo para o espectador mais bem disposto a desejal-a. Essas «victórias e éxitos» revestiam, além d'isso, um valor apenas relativo. Não significavam, nem podiam significar, a realisação do plano que se tinha em mente antes da guerra; não significavam, nem podiam significar, a constante subordinação do inimigo nas differentes phases que ella havia apresentado. A não ser a inicial, dos Russos, offensiva victoriosa dos Alliados, no sentido rigoroso do termo offensiva, é certo que não tinha até ahi havido alguma; mas não era menos verdadeiro que o Marne, Verdun, Goritzia, Volhynia, além d'outras proezas menores, constituíam ao menos victórias a que chamaremos *defensivas*, embora realmente só o sejam as da frente occidental, e nas quaes a energia e a excellente organização dos exércitos da *Entente* se tinham notavelmente assinalado. Porquê não fazer uma referéncia equitativa e leal, um pouco magnánima talvez s'espíritos exigentes julgassem

que se ultrapassava n'ella as fronteiras da justiça, a successos militares de retumbância em todo o Mundo, e alguns dos quaes era innegavel terem exercido no decorrer da lucta uma influencia capital, salvadora e orientadora ao mesmo tempo? Aqui, antes peccar por algum exaggêro no louvor do que por um silêncio que podia acoimar-se de mesquinho. As palavras mesmas do chanceler no Reichstag, se as proferiu taes quaes um telegramma de Paris, a 13 de dezembro, as trouxe a este recanto da Europa, optimamente se prestariam á saudação que se nos affigurava opportuna e de justiça. Questão apenas de lhes paraphrasear o sentido, na direcção que o momento e o intuito do convite aconselhavam.

«Deus e a intrepidez das nossas tropas acabam de parar o golpe, que s'esperava ser-nos fatal, no Oriente. A Allemanha e os seus alliados lamentam o remate que teve a intervenção na lucta d'um pequeno povo dos Balkans, contra o qual nenhuma animosidade nutriam, e até cuja prosperidade e socego desejavam. Se ha mais uma victima no prolongado e cruel conflicto qu'ensanguenta a Europa toda, ao menos não se ousará dizer agora que a elles cabe a culpa de a terem arrastado ao sacrificio.

«A Allemanha e os seus alliados não se fazem violência prestando homenagem á bravura, saber e constância que têm presidido á concepção e conducta da guerra pelo grupo das nações antagonistas; nem põem qualquer dúvida em reconhecer que, a ter ella de se protrahir, continuarão a manifestar-se as mesmas aptidões e virtudes militares. Mas hão de os seus adversários convir em que análogas virtudes e aptidões não deixarão tambem, n'esse caso, de continuar a exhibir-se do outro lado, como o recente e lamentavel episódio nos Balkans o veio inequivocamente provar.

«A Allemanha e os seus alliados não sentem o

mínimo empenho, como certamente não o sentem os seus adversários, em que algum povo mais seja immolado, mais sangue se verta, mais ruínas se accumulem, e em que o maior choque d'homens armados que se conhece na História se transforme, pela tenacidade e a força dos combatentes, n'uma funesta operação d'exgottamento recíproco, ou n'uma rivalidade esteril d'amores-próprios nacionaes ».

Com as linhas consagradas á menção do problema das responsabilidades da guerra, e resalvada a conveniência de se modificar a redacção para melhor se alcançar o effeito requerido, este curto preâmbulo cremos bem que bastaria. Que haveria a objectar-lhe? Nada, por certo, que não fosse susceptível de resposta facil, e que ao mais exigente dos leitores, d'entre os belligerantes e os neutros, não deixaria logo de occorrer.

Saudando cavalheirescamente o seu inimigo, á maneira medieval, claro que o bloco dos impérios não descia da penha da glória militar adquirida. Confessando-lhe a grandeza do esforço no passado, e afirmando-lh'a no futuro, evidentemente não se considerava por isso vencido, nem auctorisava os paizes *d'Entente* a concluírem que ficavam vencedores. Prevendo a conversão subsequente da lucta n'uma voragem de riquezas e de vidas ou n'uma espécie de capricho de creanças, não faria mais que pôr um dilemma provavel, de que desde muito existe, nos próprios belligerantes, a consciência mais ou menos lúcida, e no qual, de resto, incluía, e justamente, o adversário.

Porque haveria este de sentir, da sua parte, beliscado o seu melindre? Ninguém, ainda que indirecta ou remotamente sequer, o considerava incompetente ou pusillánime; ninguém lhe negava a possibilidade em proseguir defrontando-se com a mesma galhardia; ninguém lh'esquecera ou desdenhara os « exitos e as victórias » realmente conseguidos? Porque se queixaria n'esse caso,

com razão? Que argumento sério adduziria para se ter por apreciado com desdem, e oppôr, por consequência, ao convite que lhe era feito um coimminatório *non possumus*, ou até só uma recriminação que não fosse extemporânea, queremos significar, um deploravel sophisma para s'esquivar a um assentimento? Desde que o inimigo era o primeiro a inclinar-se perante um voto ardente dos povos, pelo menos aspiração íntima geral, sopitada senão expressa em alta voz, qual ficaria sendo a posição dos Governos alliados em face da vasta galeria dos neutros e da expectativa ansiosa dos seus próprios nacionaes? Poder-se-hia duvidar, n'esta hypóthese inverosímil de recusa ou subterfúgio, de que o Mundo inteiro lhe lançasse exclusivamente á sua conta a responsabilidade da continuação do morticínio?

Por forte que se imaginasse, ou de facto fosse, não crêmos que a *Entente* resolvesse arrostar com as consequências de tal erro.

A paráphrase d'um trecho do discurso do chanceler, que a Havas nos deu em telegramma (13 de dezembro) de Paris, facilmente estabeleceria a transicção d'este preâmbulo para a parte fundamental do documento.

«A prosecução d'esta guerra terrivel serviria só para sepultar o progresso material e moral da Europa, prejudicar, quando não mesmo os annullasse, o prestígio e a influéncia educativa que a Europa vinha exercendo no Mundo, e para beneficio da espécie humana se devem manter e, se fôr possivel, reforçar; e levaria talvez, qualquer que podesse ser o remate, ao aniquilamento d'alguma ou algumas nações n'ella involvidas. Não tendo sido nunca seu propósito aniquilar nem destruir Potência alguma, havendo travado das armas apenas no intuito, que julgaram ter-lhe sido imposto por um complexo de circumstâncias de muito incerta destrinça, e que, de resto, á História sobretudo cabe

apreciar, de defender a sua existência, a sua liberdade e o seu livre desinvolvimento nacional, intendem haver chegado, enfim, o momento de fazer ouvir uma palavra sincera de paz no estrondo d'uma lucta que ameaça eternisar-se.

«Por consequência, e por bem comprehenderem os honrosos motivos que pensam inspirar no assumpto o grupo de nações adversárias, deliberam propôr-lhes:

1. que se nomeie delegados das nações belligerantes a uma conferência em paiz neutro, o mais possível central e o mais brevemente possível;

2. que n'essa conferência se discuta a oportunidade da paz, e as condições em que poderia ser accepta essa paz por ambos os grupos de Potências contendoras, levando para esse effeito os delegados os devidos poderes e instrucções dos seus Governos;

3. que essas condições ou pazes de paz sejam de realisação ou acceptação immediata, e cuidadosamente separadas de questões geraes, sobre que seria difficil e moroso chegar a um accôrdo capaz de corresponder ás necessidades e aos votos de belligerantes e de neutros;

4. que se auctorisem os delegados a essa conferência preliminar a discutir, uma vez firmada a paz, a composição e o programma d'uma futura conferência em que os problemas d'ordem geral, deixados provisoriamente de lado por urgência de restituir á Europa e ao Mundo a tranquillidade de que, para o exame desse programma e para a sua reconstituição interior, é indubitavel que precisam, recebam uma solução que possa por largos annos subsistir.

«Pensaram a Allemanha e os seus alliados, por motivos igualmente facéis d'atingir, não ser absolutamente indispensavel propôr n'este momento um armistício. Comtudo, não põem dúvida alguma em declarar que estão promptos a acolher qualquer proposta que a

esse respeito lhes communique o seu adversário, e a discutir-lhe lealmente as condições.

«Na hypóthese, que persistem em crêr improvavel, de rejeição d'este convite para se negociar uma paz estavel, cumpre-lhes declarar ainda que acceitarão a lucta, por mais penosos que sejam os deveres que essa imposição forçada lhes lance no caminho, mas que ficarão sempre dispostos a attender qualquer suggestão pacífica, independente ou collectiva, das nações adversárias que possa honrosamente ser acceita».

D'um theor similhante a este julgávamos nós que deveria ser a parte da nota dos impérios Centraes que denominamos essencial, depois de lermos os lacónicos extractos que transcrevemos n'este opúsculo. Convem mais uma vez repizar em que não tivemos conhecimento d'ella na íntegra, e qu'estamos fazendo só juízo pel'o que do seu texto nos foi possível respigar n'esses extractos, e colligir das allusões e réplicas, officiosas e officiaes, a que veio dar occasião.

Poder-se-ha vêr, comparando, que a redacção que lh'estamos presumindo, salvas algumas passagens, pouco além vai, na substância e na forma, do pensamento e das palavras do próprio chanceler allemão, quaes n'esses trechos reproduzidos s'encontram, ou d'estas réplicas e allusões se deduz. Novidade, em rigor, só a discriminação clara, e imprescindivel segundo o nosso modo d'encarar o problema, das propostas a fazer ás Potências adversas, e a referênciã, egualmente necessária, á questão do armistício.

Pelo que toca a esta praxe correntia quando negociações de paz são entabuladas, o silêncio da nota, em vez de tomado por simples caso secundário e indifferente, podia ser interpretado como uma espécie d'aspiração occulta e imperiosa, por uma imprensa e um público obcecados pela paixão, insistindo em vêr sempre no acto ou na omissão mais alheios a um cál-

culo, um ardil machiavélico. Esta impressão doentia é óbvia que a cortava logo cerce a declaração explicita de não haver, nem já nem mais tarde, o mais leve intento de fallar ao adversário em armistício. Que tomasse elle a iniciativa, se a tinha por necessária, util, ou correcta.

À enumeração e destrinça dos tópicos que no documento da chancelaria allemã parece estarem confundidos, ou pelo menos terem sido inglobados n'uma só proposição, não descobrimos reparo algum procedente a adduzir. A conferência proposta n'elle tinha de ser fatalmente preliminar, se realmente se queria estabelecer a paz com brevidade, e remover por conseguinte quando lhe constituísse obstáculo, ou servisse de pretexto a um rompimento, ou a indefinido arrastar de negociações; e restricto portanto, necessariamente, o seu objectivo. Indispensavel indicar este objectivo de forma a não dar lugar á menor d'úvida. Não bastava subintendel-o na exclusão que se fez dos neutros ao mencionar os delegados que deviam n'ella tomar parte. Era preciso accentuar bem que se tractaria n'ella unicamente de chegar depressa ao accôrdo sobre a paz entre as nações belligerantes; suggerir pois que os delegados de cada grupo levassem consigo condições que podessem desde logo ser debatidas e acceitas, e simultaneamente as linhas geraes do programma a debater na ulterior conferência em que os neutros não podiam deixar de ter representação e voz activa. Questões como, por ex., evacuação de territórios conquistados, indemnisação de guerra, compensações por prejuizos, etc., é claro que nenhuma difficuldade havia em as resolver immediatamente, desde que a mesma sinceridade de propósito animasse os conferentes. Outras porém, v. g., a liberdade dos mares, o desarmamento militar e naval, o regimen dos estreitos, os direitos e os deveres da neutralidade; n'uma palavra, quasi todas

as grandes questões suscitadas pela guerra, além de formuladas até aqui em termos tão vagos que a nenhuma discussão fructuosa levariam, e do correspondente precalço d'originarem entre os conferentes irreductiveis controvérsias, buliam directamente com opiniões, interesses, pontos de vista, aspirações de todas as Potências, grandes e pequenas, algumas das quaes pelo menos não tinham coordenado, por certo, as suas ideias e propósitos no complicadíssimo assumpto; e jámais deviam ser, por isso, objecto de disputa, muito menos de resoluções ou deliberações definitivas. Não havia para estas deliberações ou disputas mandato, nem tinha sequer havido consulta prévia regular, ainda que sómente officiosa. Tornar a paz dependente do regulamento de questões em que todo o Mundo tinha voz, e sobre as quaes todavia nenhum parecer tinha emitido, não equivalia só a rejeital-a; equivalia a uma usurpação das soberanias nacionaes não consultadas, ao exercício intoleravel d'uma tutela, para não lhe chamar antes odiosa tyrannia, de meia dúzia de nações fortes sobre a maioria de nações fracas, ou cuja neutralidade as excluira d'esse Olympo diplomático.

A indistincção, lacuna, protelamento tácito, conforme se julgue dever melhor designar o laconismo da nota allemã na sua parte justamente bazilar, saltou-nos logo á vista apenas lêmos os extractos que o télégrapho transmittiu. Julgamos esse obscuro laconismo, fosse qual fosse a causa delle, um erro grave, o que n'outro logar d'este escripto se chamou um «erro inicial», origem provavel de mal-intendidos, talvez mesmo de chicanas, em que podiam facilmente tropeçar as negociações que se propunha. Buscou remedial-o, passados dias (26 de dezembro), o Governo allemão, fazendo a clara destriça entre as duas ordens de questões, ignoramos se por espontaneamente haver reconhecido o lapso da nota, se induzido por algumas passagens da céle-

bre nota (18, dezembro) do sr. Wilson ás nações belligerantes, de que em trabalho futuro nos occuparemos com a largueza e a attenção que vem exigindo.

Remediou-a porém um pouco tarde, embora antes que os Governos da *Entente* respondessem. Remediou-a apenas quando estes Governos e a imprensa alliada se tinham já prevalecido da omissão, ou quer que seja, do convite do Bloco a esse respeito, renovando a intensa propaganda anterior d'uma paz assente na resolução prévia de questões d'ordem geral (1), embora a pretensão insistente fosse evidentemente insustentavel. Ainda hoje nos surprehende que os impérios Centraes tenham, por tal modo, offerecido o flanco ás objecções do inimigo á celebração d'uma paz immediata.

O argumento — para justificar a recepção, é claro — allegado por este de que nenhuma condição concreta se formulava no convite, revestia menos importância do que o habil appello dirigido indirectamente ao apoio dos neutraes com a exigência de se discutir desde logo questões de cuja solução, na realidade, a paz não dependia. Nem por isso havia menos obrigação de o prevenir. Procurou-se também remediar est'outro erro depois, declarando-se qual o espirito geral d'aquellas propostas concretas, e que estas seriam opportunamente apresentadas na reunião dos delegados.

Melhor teria sido que no próprio convite se tivesse declarado que os representantes do bloco dos impérios levariam as condições que se desejava conhecer, e pedido ao grupo adversário para então dar a conhecer também as suas. O ponto essencial, por'ora, consistia apenas em perguntar-lhe se aceitava ou não, em princípio, o alvitre da conferência de paz, e o da ex-

(1) A resposta da *Entente* (em 10 de janeiro) áquella nota do sr. Wilson parece desmentir o que s'escreve aqui. Ver-se-ha que não desmente.

clusiva representação, n'esta conferência, das nações belligerantes. Respondia elle que o momento de se fallar em paz não era opportuno? Não havia, então, proposta alguma concreta a apresentar. Aceitava esse, mas recusava o outro alvitre de s'excluir as nações neutraes da conferência? Replicava-se-lhe com a distincção, feita no documento, entre as duas ordens de questões, sem dúvida connexas, mas de modo nenhum confundiveis entre si, e sobretudo com o próprio argumento adversário, tantas vezes reproduzido na sua imprensa e na bôcca ou na penna dos seus politicos mais cotados, de que não tinha direito a esperar d'essa conferência benefícios quem não tivesse feito sacrificios; isto é, argumentava-se com a exclusão dos neutraes, que o grupo dos paizes adversos tinha sempre advogado.

Quer-nos, porém, parecer provavel que os dous alvitres, se do preâmbulo se tivesse expungido quanto podesse melindrar uma qualquer das nações do grupo inimigo, não seriam rejeitados. E n'esta hypóthese, a apresentação de condições concretas passava a ser incidente secundário, uma questão redundante e ociosa, que, de resto, uma troca d'explicações depressa resolveria. O que havia só a tirar a limpo era o facto mesmo d'existirem propostas concretas que servissem de base a discussões na conferência; a sua comunicação prévia entre os Governos dos dous grupos, quando não significasse uma imprudência, não seria mais que formalidade supérflua, a não ser que as negociações se tivessem d'entabolar directamente. Dir-se-ha talvez que serviria para cada Governo interessado se fixar sobre as instrucções a dar ao respectivo delegado.

Talvez. Mas, em primeiro lugar, a comunicação teria sempre de ser recíproca e simultânea, por conseguinte era indifferente que dos Governos fosse transferida para os respectivos delegados; e em segundo lugar, se qualquer apprehensão existia por uma surpresa

que transformasse em fiasco a expectativa, dos belligerantes e dos neutros, pela conclusão próxima da paz, não seria aquella comunicação mútua e prévia entre os Governos que impediria essa receiada decepção.

Mas era aos impérios Centraes que competia dar a conhecer ao grupo adverso as condições em que intendia dever a paz ser concluída — continuará a objectar-se.

Por certo, se «as victórias e os éxitos» alcançados lhes tivessem conferido o papel d'árbitros na contenda, e a sua generosidade quizesse poupar ao grupo inimigo o desaire de ser o primeiro a desfraldar a bandeira branca. Este porém não era o caso. Afóra os revezes parciaes que no opúsculo anterior **Hora crítica** tivemos ensejo d'apontar, o Bloco tinha, com effeito, pelo seu lado as vantagens militares; mas nem por isso dominava a situação. Propostas concretas, conforme em nota officiosa declararam com bom-senso, «atar-lhes-hiam as mãos» deixando «livres as do inimigo», que, muito mais do que o Bloco, estava longe de a dominar. A exigência da *Entente* era incontestavelmente descabida, tivesse ou não accedido, em princípio, a conferência; e era para ser *in limine* repudiada, desde que o alvitre do Bloco, segundo estamos suppondo, tivesse por ella sido accedido. S'intendia dever reservar para a conferência a comunicação das condições que mais favoraveis aos seus interesses julgasse, impossivel, por injusto e incorrecto, negar ao antagonista igual direito de para ahí tambem reservar as suas. A posição actual dos impérios do Centro deante das Potências inimigas não era, evidentemente, a de vencidos, forçados pelo infortúnio a aceitar condições de rendição; e a da *Entente* perante elles, repetimos, que estava a grande distância da posição do vencedor, a quem a fortuna das armas permittiu que as impozesse. A equivalência, se não egualdade de situações no ponto

de vista militar, já não era pouco que a iniciativa da nota allemã a viesse tacitamente admittir; seria um cúmulo que os adversários, com a recusa de reciprocidade no conhecimento prévio das propostas a levar á conferência, tcimassem em transformar uma equivalência n'uma desigualdade a seu favor, e em obrigar, ainda por cima, o Bloco a reconhecer esta supremacia imaginária. Mas tão desarrazoada exigência affigura-se-nos de todo inverosimil.

Resumindo as nossas impressões sobre a nota :


O seu preâmbulo pareceu-nos inoportuno e impertinente: inoportuno, por evocar a questão das responsabilidades da guerra, que havia todo o interesse em calar, ou cujo apuramento, na hypóthese d'um motivo qualquer para fallar n'ellas, convinha lembrar que devia ser deferido para melhor occasião; impertinente, pelo tom a que se refere a «victórias e a éxitos» do Bloco sem uma palavra de justiça e amabilidade sobre os «éxitos e victórias» do inimigo, e sobretudo por ser possível interpretar-se a referência, «dithyrambo» na pittoresca expressão de Mr. L. George, como visando a França e a Rússia, para quem a sorte das armas fôra relativamente menos favoravel.

A sua parte essencial pareceu-nos obscura e omis-sa: obscura, por não se precisar a missão a commetter á conferência, e lh'indicar o character restricto em relação ás multiplas questões que havia a resolver; omissa, por não annunciar desde logo o espirito geral das propostas que havia intenção de apresentar, e não lembrar ao inimigo a conveniência de reservar tambem as suas para quando se reunisse a conferência.

Quanto á escolha do momento em que os Centraes se resolveram a endereçal-a ao inimigo, inutil synthetisar o que dissemos.

A RESPOSTA DA ENTENTE

(DE 30 DE DEZEMBRO DE 1916)

PPARECEU nos jornaes portuguezes de 1 de janeiro do anno que decorre. Percorremo-la com tanto mais interesse e alvoroço quanto esperávamos sempre, não obstante a inopportunidade, a impertinência e o laconismo obscuro do convite, que os Governos da Entente, sem deixarem d'erguer a voz contra asserções desagradáveis, não cahiriam na tentação de responder com um *non possumus*. Apontou-se já as razões da expectativa, particularmente as palavras dos srs. Sonnino e Lloyd George. Contudente decepção! Mais precisa que a nota allemã, n'alguns pontos, era n'outros ainda mais vaga. Desviava a questão principal a resolver, para s'entretter com recriminações estereis e arriscadas conjecturas. Citava ocorrências positivas, em desabono do inimigo, e olvidava a situação delicada dos amigos. Insistia em exigências, e não curava de saber se ultteriores successos lhe imporiam a necessidade de transacção ou de renúncia. «Imprudente e imprevidente!» assim synthetisávamos as impressões que recebemos ao relêr com a máxima attenção o que o Mundo todo aguardava com legítima anciedade.

Decorreram já quatro mezes sobre a sua aparição.

Passemos a vêr, com serenidade, se estas nossas impressões não eram justas.

A resposta é collectiva, e collectivamente dirigida aos adversários. Subscrevem-n'a os dez Governos aliados.

Era coherente, esta camaradagem dos dez Governos, com os princípios advogados pela *Entente*: egualdade de soberanias nacionaes, abstrahindo-se da força e recursos dos Estados. Seria tambem correcta, e sobretudo conveniente, a inclusão de todos os dez Governos entre os signatários da resposta? Affirma-se n'ella a fidelidade recíproca de « não deporem isoladamente as armas », quer dizer, de não celebrar, qualquer d'elles, com o inimigo uma paz em separado, e de ser « a defeza da liberdade dos povos » o grande objectivo que cimentou entr'elles, signatários, a união. Admittamos que foi esse o objectivo; passemos sobre a difficuldade em definir nitidamente o que venha a ser essa liberdade que se invoca, e sobre a lacuna do documento em relação ao sentido que o termo genérico « povos » recebia no espírito dos redactores, adstringindo-nos ao que importa apurar n'este momento.

Quiz-se acaso afirmar que todos os Governos signatários firmaram individualmente o pacto de Londres, de 5 de setembro de 1914? Ou subintendeu-se tão sómente a adhesão verbal d'alguns ao famoso compromisso? A primeira hypóthese seria para nós revelação, imprevisita novidade, a serem exactos os informes que temos lido a esse respeito nos jornaes. O pacto de Londres recebeu a principio as assignaturas dos representantes dos Governos que o negociaram entre si, Inglaterra, França e Rússia; mais tarde, e successivamente, as do Japão e da Itália. Não consta qu'em época alguma recebesse a assignatura das pequenas Potências que figuravam agora na resposta ao convite dos Centraes. Portugal é uma d'estas Potências signatárias da resposta de 30 de dezembro; mas, ao menos a avaliar por um incidente parlamentar que não passou,

a Portuguez algum, despercebido na occasião, nem por certo se lhe varreu ainda da memória, e bem assim pelo inviolado silêncio governativo, até hoje mantido, com extranhavel pertinácia, sobre um acto político das mais palpaveis consequências, não foi jámais convidado a subscrever tambem o pacto. E o que se dá com elle, no ponto em debate, crêmos ter por igual occorrido com as quatro pequenas Potências da *Entente* que trazem o nome incluído na resposta. Paira, como s'está verificando, uma dúvida acêrca d'uma adhesão formal sua ao compromisso de Londres; e comtudo a resposta de 30 de dezembro de 1916 não a dissipa, embora a isso a conjunctura maravilhosamente se prestasse.

Haveria um assentimento só verbal, ou então por meio de notas trocadas entre estas pequenas Potências e os primitivos e poderosos signatários, que foram acima designados? Não é crível; porque nenhuma razão séria subsistia para se dispensar directamente o que indirectamente se julgava imprescindível.

Nem este assentimento verbal, ou consignado por qualquer meio que o protocolo auctorisasse, seria considerado imprescindível? As cinco pequenas Potências seriam pura e simplesmente excluídas da assignatura do pacto, ou de qualquer consulta, anterior á redacção da resposta collectiva de 30 de dezembro, sobre as suas disposições e interesses em face d'esse compromisso diplomático?—e é esta, ao que nos parece, a hypóthese mais provavel. Como affirmar então n'essa resposta a unanimidade d'um voto que não fora emitido até á data? Como garantir a fidelidade unânime ao compromisso, se não houvera o cuidado de a obter explicitamente, sem que a mais leve dúvida podesse empanar a limpidez d'affirmação?

E se não houve, como as apparencias infelizmente nos suggerem, nem assignatura do pacto, nem simples consulta d'opinião, pelos e dos Governos dos cinco

pequenos paizes mencionados,—de que maneira conciliar essa indiferença, ou esse desdem, com os princípios, tantas vezes e tão retumbantemente proclamados em discursos, em protestos, em cumprimentos e em notas, da «liberdade dos povos», da «livre existência das pequenas nacionalidades», do «respeito aos direitos e á justiça»—com o princípio, em summa, da perfeita e absoluta egualdade, perante o direito público das Gentes, de todas as nações, grandes e pequenas?

Se todas as soberanias nacionaes s'equivalem — e n'esta fórmula breve se condensam aquelles princípios que a *Entente* vem preconizando, e que seria injúria, pelo menos, suppôr não passarem de rhetórica — como demónio comprehender que as cinco grandes Potências signatárias d'um compromisso cuja significação e alcance, seja qual fôr o ponto de vista que se tome ao apreciar-o, se torna de todo inutil encarecer, julgaram prescindivel a adhesão formal e expressa das cinco outras pequenas Potências alliadas? Francamente, declaramos que a incorrecção e a incongruência, se realmente os cinco modestos povos não appozeram a sua assignatura ao famoso compromisso, são para nós um enigma insolúvel. São, e continuarão a sê-lo, se qualquer dos Governos interessados não nos der a chave d'elle; porque jámais pudemos, e poderemos, conciliar o descuido, ou quer que seja, das cinco grandes Potências com a insusceptibilidade, mais que surpreendente, das outras cinco suas associadas, nas despezas e nos riscos. Se a assignatura dos Governos dos cinco pequenos povos foi tida por necessária na resposta de 30 de dezembro, não se vê porque seria dispensavel no compromisso de 5 de setembro de 1914; e se d'este não se hesitou em excluí-la, não se percebe porque devia incluir-se na resposta. Os dous documentos são conexos; não ha possibilidade de os separar, para as responsabilidades ou para as glórias que possam, d'elles

derivar para os signatários. A coherência e a correcção mandavam pois, a não haver qualquer imperioso motivo de que nenhum profano tem conhecimento, que ou s'emendasse a omissão no primeiro diploma, ou no segundo se prescindisse de votos que se julgava não terem pezo na balança. Dada a primeira alternativa, claro é que não havia outro remédio se não fazer assignar a resposta de 30 de dezembro por todos os Governos que subscreveram o pacto de Londres.

Mas se não se viu necessidade ou vantagem de tornar as cinco Potências modestas, desde logo ou tardiamente, partícipes no pacto, era d'elementar conveniência, não obstante relativa inequidade, prescindir do seu voto para a resposta.

A inclusão da Sérvia e da Rumania entre os nomes das pequenas Potências signatárias não se pode dizer muito feliz, quando se tome em conta certas asserções, e o tom geral, do documento. Teria sido melhor não esquecer que a Sérvia, para reeditarmos o que no opúculo **O nó dos Balkans** escrevemos, era «o paiz das crises e dos attentados políticos», o paiz fomentador d'agitações e distúrbios pelo menos na grande nação sua visinha, apesar de solemnemente se haver compromettido a viver com ella em bons termos, o cúmplice ou espectador complacente de manejos dos sectários panslavistas; e que a Rumania poz a nú o que valia a sua rectidão nas relações com os demais povos no mais ingénuo (porque o não supponmos cynico) documento de duplicidade que os nossos olhos têm visto (1). Já não era affrontar pouco os caracteres e

(1) Ahí vai o sudário:

«Bukarest, 28 (agosto de 1916):

«A Romenia, sempre exposta ao ataque allemão, que lho seria fatal, era obrigada a lisongear Berlim e Vienna, para lhes deixar a illusão da sua cooperação possível, ou pelo menos d'uma noutralidade certa. Ao mesmo

as intelligências rectilíneas, na Europa e fóra da Europa, ouvir a autocrática Rússia prégar, entre a livre Inglaterra e a democrática França (passem-n'os os qualificativos do costume), a «liberdade dos povos», o «princípio das nacionalidades», a «justiça, a civilização e o direito». Metter ainda no côro um paiz de conspiradores de profissão, a oscillarem entre o fanatismo e o banditismo, e um paiz que, tido por correcto e morigerado até ahi, subitamente se revela cubiçoso e ambicioso, al-fobre nada attraente de Machiavelli do Lilliput, sem que ao certo saibamos se apenas ingénuos, de facto, se plenamente cõscios da perfídia, apparece-nos como derogação aberrante á justiça e á lógica, que só uma cega paixão poderá justificar.

Não esquecemos que a «traidora Bulgária», — ponhamos na objecção todo o fel de linguagem que políticos e imprensa da *Entente* não perderam occasião de distillar — surgia do lado opposto a fallar em paz, em «progresso material e moral da Europa». Surgia, é certo; mas perorava com bem mais sobriedade, com muito mais viva consciência de si própria, do que os dous parceiros balkánicos no despojo de que, em 1913, foi, ou sinceramente se julgou ser, uma vítima. Nem ella, nem qualquer dos tres outros alliados, se propunha no convite de 12 de dezembro a Quixote do género humano, a paladino intemerato da justiça e do direito,

tempo devla demonstrar firmeza bastante para impedir qualquer tentativa violenta dos austro-allemaes para forçarem as suas declsões temporárias. De resto (aquí ha erro de traducção, por certo; deve lêr-se «Além d'isso»), a Romania devia dar a Paris, Londres e Petrogado a certeza moral sufficiente para obter o material de guerra necessário ao exercito romeno. Emfim, hontem, em Conselho da Corôa, reconheceu-se que era impossivel prolongar sem graves perigos esta politica do gabinete Bratiano». Será authéntica esta nota officiosa? Não é da Havas, nem da Reuter; mas tudo leva a cre-la authéntica, e d'uma candura só comparavel á da nudez do velho Adão no paraizo.

com as mãos tintas no sangue de Serajevo, e os joelhos esmurrados na penedia dos Alpes da Transylvânia para o assalto á propriedade alheia que imaginou mal defendida.

Abstrahindo d'essas parcas phrases, que são do estylo em correspondência official entre Governos, Bulgária e Turquia appareciam taes quaes eram, meio-civilisadas meio-bárbaras, sem falsa modéstia nem affrontosa impudicícia, sem se vangloriarem de feras nem pôrem a máscara ascética de santas. Ellas e os dous impérios Centraes propunham singela, egoístamente a sua paz, a paz para uso e proveito seu, com franqueza e com verdade, sem que artificiosamente a ligassem á satisfacção preliminar de reivindicações, injustas ou justas, de terceiros. Interesses, aspirações e direitos d'outrem eram para os signatários do convite de 12 de dezembro apenas um limite, uma fronteira, uma parede divisória, além dos quaes se comprometteram a não ir; jámais uma condição *sine qua non*, ainda menos o objectivo supremo, o exclusivo e único intuito do seu esforço, militar ou pacifista. Affirmava-se respeitar o que fosse legitimamente dos vizinhos; mas tambem se dava a perceber sem rebuço que a questão a derimir só importava aos dous grupos contendores. Desagradariam aos humanitários plangentes, áquella vasta cohorte, alguns convictos á parte, de charlatães e de patetas que s'embriaga ou finge embriagar-se com phraseado sonoro, vazio de gosto e de sentido. Desagradariam, e desagradaram com effeito, á minoria educada que se acostumou a exigir em todas as palavras e gestos humanos, ainda quando respirem violência e egoísmo, comedimento formal e senso estético. Muito mais a chocaria, porém, a unctuosa hypocrisia d'um Tartufo a cobrir mal o egoísmo e a violência estructuraes dos Potentados da Terra.

Pouco feliz a ideia, — reatando o que vínhamos

dizendo. A inclusão, no documento que temos vindo apreciando, de nomes que já no pacto de Londres se não julgara preciso ou util admitir, abriu larga brecha, no nosso modo de vêr, na auctoridade moral que se pretendeu communicar-lhe. Espanta-nos mesmo um tanto que o inimigo não tirasse partido algum do inhabil incidente.

Proseguindo no prefácio da sua nota, e conforme era facilimo prevêr, a *Entente* levanta a luva que os impérios Centraes inadvertidamente lhe atiraram, devolvendo-lhe a responsabilidade do rompimento d'hostilidades, e repellindo a tácita pretensão de se considerarem vencedores. «A (dupla) affirmacão inexacta» — escreve-se textualmente na resposta — «basta para ferir d'esterilidade toda e qualquer tentativa de negociação». Quer dizer: a «inopportunidade e a impertinência» do preâmbulo, segundo desde logo o qualificamos, compromettiam *ab initio*, embora elle fosse apenas uma parte secundária do texto, as negociações a entabolar. Indispozeram algumas das Potências inimigas, e forneceram, desastradamente, ao redactor da resposta um bom pretexto para fugir á questão fundamental, e glossar, com tal qual volúpia d'ispírito e bastante perícia litterária, o velho thema das origens e responsabilidade do conflicto. Vejamos um pouco de perto essa glosa, abstrahindo por agora d'um parágrapho que interrompe, não sabemos por que espécie de razões, a sequença lógica do escripto, e que melhor figuraria no remate da exposição e ensaio d'interpretação a que o redactor vai proceder.

O convite — assevera — é bazeado no «desconhecimento systemático do carácter da lueta no passado, no presente e no futuro». O prelúdio está-se vendo que justifica pontualmente o que prevíamos: o redactor prevalece-se da inhabilidade, do «erro inicial», em se ter no convite de 12 de dezembro renovado uma

questão, intempestiva, para fazer d'ella, apesar d'inso-lavel ou de solução muito discutivel, o seu «corcel de batalha» na resposta.

Os factos explicitamente invocados n'ella para justificar a primeira parte d'aquella these são exactos em globo, a fazer obra pela documentação official que conhecemos. Mas, por um lado, não constituem senão um reduzidíssimo grupo no acervo dos que se devia adduzir para deixar irrespondivelmente demonstrado que a «guerra foi desejada, provocada e declarada pela Allemanha e a Áustria-Hungria», e comportam, um d'elles pelo menos (a rejeição da proposta de desarmamento na Haya), interpretação diversa da que se lê n'essa resposta; e por outro lado, implicam flagrante contradicção no redactor quando emparceira, na citação que vem de lêr-se, a Áustria-Hungria e a Allemanha, para as dissociar logo abaixo reconhecendo o esforço do primeiro dos dous impérios em favor d'uma solução pacifica da crise de 1914, ao consentir em negociações directas com a Rússia. É o caso de se perguntar ao redactor da resposta: em que ficamos? Deve ou não emparceirar-se a Áustria-Hungria com a Allemanha na responsabilidade do rompimento de 1914? Se não deve—e é isto o que só é forçado a conceder pelo testemunho combinado da resposta e da insuspeita Correspondência britânica relativa ao que passou n'esses dias anciosos (Doc. n.ºs 130, 132, 134)—como se pode acima, sem a mais leve nótula restrictiva, emparceiral-as? Mas, se não deve, e se o convite allemão de 12 de dezembro traz a indicação clara de ser feito em nome das quatro Potências do Bloco, como não levar em conta que uma d'ellas mostrara as melhores disposições em obstar no alastramento pela Europa da primitiva contenda com a Sérvia; desejava sinceramente uma paz geral que «s'esforçara» por manter; e não a romperia até, provavelmente, com este

povo balcánico se para além do attentado de Serajevo não presentisse a ameaça, bem mais perigosa, d'um panslavismo dissolvente e insaciavel? E como não dispensar, então, ao convite um acolhimento que «a dedicação á paz», affirmada acima pelo redactor, «tão firme hoje como era em 1914», e o mais vulgar espirito de justiça, depois da confissão nobremente feita na passagem que nos provoca estes reparos, estavam não diremos só a insinuar, mas a impôr? Se vimos apreciando com rectidão o que julgamos haver lido, a uma contradicção intellectual addiciona-se, n'esta parte do escripto, uma contradicção sentimental. Para mais humano acolhimento do convite não bastaria a convicção, affirmada parece-nos, ou no emtanto voluntária ou involuntariamente insinuada, de que ao menos o pacifismo (relativo, muito embora) d'uma das Potências signatárias d'elle era sincero em 1914, e mais sincero ainda, sem dúbida, em 1916? Não perpassaria no ánimo de quem redigiu a resposta de 30 de dezembro o sobresalto de que alguém lhe objectasse ao repúdio logo intimado no começo, que dous, pelo menos, dos signatários d'ella nunca foram pacifistas, e tinham, não havia muitos annos, nem sequer ainda muitos mezes, suscitado guerras de conquista, e sem que nenhuma provocação anterior do aggreddido se desse, ou pudesse invocar-se-lhes como motivo determinante?

O grande público, em todos os paizes, é desmemoriado e é crédulo, não a ponto, comtudo, d'ignorar que a Rússia e o Japão nunca foram, até á data, dous apóstolos da paz; é insciente e simplista, todavia não tanto que o levem a attribuir a desinteressados e nobres intuitos apenas o rompimento da Itália com as suas antigas alliadas. Teria sido preferivel que se contasse um pouco menos com a sua ingenuidade e boa-fé. E era contar demais com ellas dar implicitamente a intender que o Japão, rompendo em 1904 com a Rús-

sia e hostilizando em 1914 nos mares da China e Pacifico a Allemanha; a Rússia decretando, em julho d'este último anno, a mobilisação geral, que incontestavelmente ameaçava esta visinha (1); e a própria Itália, sahindo da sua neutralidade, em maio de 1915, com a rejeição firme das propostas que lhe foram adiantadas para a manter, nada mais faziam do que repellir uma aggressão, defender a sua existência e segurança, impôr a causa da paz a todo o Mundo, sustentar os direitos e aspirações dos povos opprimidos, — imprí-

(1) Este facto é invocado, não sem razão, pelas Potências centraes na sua réplica (12, janeiro, 1917) á resposta de 30 de dezembro anterior.

Vem a propósito dizer que, apreciado nas suas causas immeditas, o actual conflicto resultou tanto d'aquillo que se fez como d'aquillo que deixou de se fazer. Se, apenas previu que a primitiva contenda com a Sérvia ameaçava diffundir-se pela Europa, não podendo por conseguinte esquivar-lhe a repercussão, a Inglaterra delibera apoiar resolutamente a França e a Rússia, isto é, tomar desde logo o partido que mais tarde, n'aquella hypóthese, tinha fatalmente de tomar, é nossa convicção que teria impedido a calamidade de que vem agora sendo uma das victimas. É a própria Correspondência official do Governo inglez que, ha mais de dous annos, a radicou profundamente no nosso espirito. Estamos igualmente convencido de que o redactor da resposta de 30 de dezembro, se friamente lhe fosse dado reflectir sobre o assumpto, não deixaria tambem de concordar em que, para o alastramento do conflicto austro-sérvio, essa abstenção da Inglaterra não contribuiu menos do que a intervenção activa da Allemanha. Pelos extractos que seguem, vêr-se-ha ser este, n'esses dias d'anciedade, o sentimento do mundo governativo na Rússia, na Itália e na França:

Falla o sr. Sazonoff, ministro dos estrangeiros russo, segundo telegraphava (a 25, julho, 914) ao seu Governo *sir* G. Buchanan, embaixador inglez em S. Petersburgo:

« Não acreditava que a Allemanha quizesse verdadeiramente a guerra, mas a sua attitude seria determinada segundo a nossa. Se nós nos puzessemos firmemente do lado da França e da Rússia não baveria guerra. Se lhes falhassemos agora, correriam rios de sangue, e no fim seriamos arrastados para a guerra». (Doc. n.º 17).

Falla o Marquez do San Giuliano, ministro dos estrangeiros da Itália, a *sir* R. Rodd, embaixador inglez em Roma:

« Acrescentou que parecia ser difficil convencer a Allemanha de que

mir realidade, em summa, á insípida rhetórica do estylo. Para um artigo de propáganda n'um jornal esta phraseologia altisonante serviria; n'um documento d'homens d'Estado, em que devia ser obrigatório precisar nitidamente o pensamento, expôr na integra os factos sobre que esse pensamento se bazeia, sopezar com escrúpulo o valor das palavras que s'emprega, achamol-o absolutamente deslocado. O thema em que a penna do redactor s'exercitou era bastante melindroso, concordamos; por isso mesmo mágua foi que não se tivesse desis-

a Rússia estava decidida. Como a Allemanha, porém, estava verdadeiramente ansiosa por conservar as suas boas relações connosco, se pensasse que a Inglaterra se poria do lado da Rússia e da França, julgava que teria isso um grande effeito». (Doc. n.º 79: teleg. de Roma, 29, julho, 1914).

Falla ainda o marquez ao mesmo embaixador:

«Mas o ministro tinha motivos para crêr que a Allemanha se achava agora disposta a dar conselhos mais conciliadores á Austria, por estar convencida de que operariamos com a França e a Rússia, e por desejar ansiosamente evitar questões connosco». (Doc. n.º 105: teleg. de Roma, 30, julho, 1914).

Falla M. Poincaré, presidente da República franceza, a *sir* F. Bertis, embaixador inglez em Paris:

«Está convencido de que a paz entre as potencias está nas mãos da Grã-Bretanha. Se o governo de Sua Magestade annunciasso que auxiliaria a França no caso d'um conflicto entre a França e a Allemanha, resultante das desavenças actuaes entre a Austria e a Sérvia, não haveria guerra alguma, pois a Allemanha modificaria logo a sua attitude». (Doc. n.º 98: teleg. do Paris, 30, julho, 1914).

Na attribuição á Allemanha e Áustria exclusivamente do que se chama n'esse documento «a responsabilidade da guerra», o redactor da resposta de 30 de dezembro vê-se que se limitou, sem justiça, a encetar a questão n'um ponto de vista incompleto e parcial, esquecendo o que poderiamos denominar as «causas negativas» da guerra.

Um extracto mais, complementar dos que aqui ficam:

Falla *sir* E. Grey a *sir* E. Goseben, embaixador Inglez em Berlim (teleg. de 27, julho, 1914):

«O embaixador allemão informou-me de que o seu Governo accpta, em principio, a mediação entre a Austria e a Rússia pelas quatro potencias, reservando, naturalmente, o seu direito como aliado a auxiliar a Austria se esta for atacada». (Doc. n.º 45).

tido de o tractar, ou de lhe consagrar sómente sóbrias linhas, quanto bastasse a devolver a inopportuna referência da nota da chancelaria de Berlim.

As propostas da Rússia e da Inglaterra na Haya é certo que foram rejeitadas pelo embaixador que representava o Governo allemão na conferência, convocada — podia o redactor da resposta lembral-o — a pedido expresso do tzar que a revolução moscovita acaba de depôr. O facto assim apresentado, seccamente, sem argumento ou pormenor alguma que o illucide, nenhuma significação clara pode revestir para leitores imparciaes. Proposta, não para o desarmamento mas para a redução dos armamentos — o que não é bem a mesma cousa — apparentemente viavel e concreta, só a proposta ingleza que transcrevemos do pamphlêto de *sir E. Cook* n' **A Inglaterra pacifista** (pg. 27):

As razões por que a Allemanha a rejeitou, ou antes, nem sequer condescendia em debatel-a no pacifista Conclave das Potências, vêem condensadas na resposta do *kaiser* a *sir F. Lascelles*, que ficou igualmente transcripta n'esse opúsculo (pg. 46). A allegação de Guilherme II não era, por certo, irrespondivel; e não sabemos se iria além d'uma simples allegação, d'um propósito antecipado e firme de recusa, d'uma negativa summária e rude encobrimdo qualquer projecto reservado. Tractando-se de chefes de grandes povos, e d'assumpto admiravelmente escolhido para vender ou desvendar preocupações e ambições, é possível, é mesmo provavel que fosse, em parte, mera allegação.

E todavia não faltavam diversos e fortes motivos da recusa que o redactor da resposta de 30 de dezembro lança em rosto ao adversário. Estamos alludindo só á redução dos armamentos; porque o desarmamento foi alvitre para que não seria possível no momento, suppondo que o venha a ser um dia, encontrar uma fórmula accetavel. Essa redução, quaesquer que fos-

sem as variantes ao projecto inglez (para as marinhas de guerra) ou ao que fosse apresentado, sob uma forma discutivel, para os exércitos, esbarrar-se-hia sempre na prática, e até mesmo na sua adopção em theoria, com óbices e objecções insuperaveis. Primeiro, subintendia uma generalisação no Mundo, na Europa sequer, de tendências pacifistas, reaes e não apenas verborricas de charlatães e d'imbecis, que o mais superficial exame desmentia cruelmente. Implicava, depois, a translação para Governos estrangeiros, ou pelo menos a compartilha com elles, d'um critério n'esse e n'outros assumptos de vital interesse para as nações, grandes e pequenas, que até agora foi apanágio exclusivo de cada Governo, como representante e órgão da soberania completa e inalienavel de cada agrupamento nacional. Admittindo, por amor do argumento, que todas as nações civilisadas concordavam n'uma transmissão parcial, para terceiras nações, da sua plena e exclusiva soberania n'esse ponto visceral, importava prevenir a infracção do compromisso por alguma ou algumas d'ellas, sobretudo na hypóthese d'um conluio (vulgarmente chamado uma «alliança») ou d'um invento, por ex. os submarinos, capaz d'influir na arte da guerra. Para a prevenir, indispensavel ou recorrer á vil espionagem ou abrir outra, e a peor, brecha na soberania de cada povo (precisamente n'aquella soberania que justificava a rejeição do *ultimatum* austríaco pela Sérvia) instituindo-se uma espécie de tribunal internacional d'inquisição, com direito a devassar o que vinha occorrendo a esse respeito dentro das fronteiras de cada um, e que aliás podia muito bem ser illudido, intimidado ou subornado. Não havendo, por qualquer circumstância, sido prevenida, forçoso era reprimil-a. E ahi tínhamos de novo a maldita guerra, que, por tantas canceiras e á custa de concessões tão deprimentes, em vão se tinham procurado conjurar.

Observe-se que esta meia dúzia de razões são apenas o limiar do problema. Produzem-se apenas para lembrar que, se com effeito são para applaudir as suas aspirações humanitárias, o redactor do escripto em discussão omittiu, nas suas recriminações ao adversário, uma referência ás múltiplas escabrosidades da proposta feita á conferência da Haya, que da sua cultura e da sua superioridade mental era lícito esperar. Já queremos que omittisse as circumstâncias explicativas da rejeição que estigmatiza; queremos dizer, os motivos não futeis porque o Governo allemão recusava discutir as propostas inglezas, as únicas, se não laboramos em erro, que revestiam forma prática. Era natural — embora o mutismo devesse então ser a regra no difficil assumpto para o redactor da resposta — que não se quizesse reconhecer na Inglaterra o objectivo de obstar, pela interferência d'um voto, porconsequente d'uma pressão collectiva das Potências, ao rápido e perigoso desenvolvimento naval da sua émula teutónica; e menos ainda quizesse confessar que essa alliada se reservara o direito de continuar a manter intangivel a sua esmagadora prevalência marítima no Mundo. Em compensação d'este mutismo forçado, tambem natural era vêrmos affirmar-se a largueza de vistas do auctor do documento por algumas palavras d'equitativa reserva á censura n'elle irrogada ao principal signatário do convite.

O precedente lembrado por elle está, pois, bastante longe de ser tão simples como ao primeiro aspecto se poderia julgar, e sobretudo de ter o valor comprovativo que, pouco habilmente, se pretendeu infundir-lhe. Teria sido prudente que não fosse recordado.

Um só factó, d'entre o número restrictíssimo mencionado no diploma em exame, não offerece occasião a contradicta: a invasão da Bélgica neutral.

E aqui mesmo não se advertiu que não convinha

attenuar-lhe a plenitude e unanimidade do effeito com citações extemporâneas. A história dos «farrapos de papel» e da «necessidade não tem lei» era já em excesso conhecida no Mundo, e fôra já reconhecida bastante como verídica e desfavoravel pelo próprio chanceler allemão, para que houvesse necessidade, ou mesmo justiça, em reedital-a, suppondo que a última das phrases transcriptas reconhece a interpretação que, talvez um pouco distrahidamente, o redactor lhe admittiu. Estava dito e redito, pôr todo o jornalismo do Globo, que a Allemanha reconhecera officialmente a violência commettida e officialmente se compromettera a reparal-a. Para que repizar no que bem se podia chamar um «ponto dolorido», quando chegava precisamente o momento de o sanar, e cuja revivescência intempetiva devia ser tanto mais irritante ao proponente da paz quanto a sequência da guerra lhe provara, á sua custa, que os tratados não eram tal, nem sempre, apenas «bocados de papel», e quando a própria offerta de paz denunciava o tácito reconhecimento d'esta verdade incontroversa? Seria só para illustrar a affirmativa, acima feita no diploma, de que não era «sobre a palavra da Allemanha que a paz, rôta por ella, podia fundar-se?»

Preferivel, então, resumir toda a resposta n'esta phrase. Absolutamente inutil repetir pela millésima vez o que toda a gente estava farta de saber.

As pessoas ingénuas, é certo, perguntarão como, não se acreditando para o futuro na «palavra da Allemanha», istq é, depois de a ter exauctorado moralmente, se poderá celebrar um dia a paz com ella? Claro que não saberíamos responder, se alguém nos dirigisse esta pergunta embaraçosa. Possivel, porém, que os signatários da nota de 30 de dezembro saibam como sahir do que parece constituir uma situação sem retirada. Não s'escreveu—convem registrar o pormenor

— « a palavra do Governo allemão » ; escreveu-se a « palavra da Allemanha ».

Um *lapsus calami*? Devemos crê-lo. Tanto mais, por isso, d'extranhar quanto são visíveis as precauções oratórias dos srs. Lloyd George e Sonnino, nos discursos de que demos resumida conta n'este opúsculo, para se conterem dentro de limites razoaveis nas suas recriminações ao adversário, e assim, previdentemente, se pouparem a qualquer possível reconsideração ulterior. Subscreveriam sem reservas estes dous homens d'Estado—porque não foram elles, provavelmente, os redactores primitivos da resposta—uma inadvertência que representava para os paizes signatarios, a ser tomada ao pé da lettra, um verdadeiro « bêcco sem sahida »? Perdão! com sahida, mas sahida única por uma tutela imposta por estes paizes á Allemanha. Ainda não achamos, para esta solidariedade no que nos affigura ser inconveniência e imprudência, uma explicação que nos satisfaça.

A' outra história, contida na phrase « a necessidade não tem lei », não perderemos tempo em lhe descobrir a interpretação natural que lhe quiz dar quem por ella tem sido accusado nos parlamentos e na imprensa dos paizes alliados. O sr. Roosevelt, um dos mais ardidos e recentes inimigos da Allemanha, explicou-nos já em phrases concisas, traçadas em começos da grande lucta e justamente a propósito da Bégica, como ella podia ser interpretada sem a exauctoração moral do invasor, a que se pretende agora sujeital-o; ou então com a exauctoração moral d'antigos e novos perpetradores do mesmo crime, a principiar nos Estados Unidos—conforme elle mesmo confessa—e a acabar, ha poucos annos transcurso, no Japão. Violadores de territórios e direitos d'outrem têm-n'o sido todos os grandes Potentados do Globo; e têm-n'o mesmo sido sem que a « necessidade », a tal « que não tem lei », os com-

pellisse á violência. Nem a França, a generosa e legalista França, se pode eximir ao rol dos delinquentes, quando s'evoque ao espírito o fusilamento do duque d'Enghien. Não vale a pena consumir mais azeite n'esta lâmpada. Sobre o caso da Bélgica remettemos o leitor para o que na «**Hora crítica**» escrevemos, particularmente para os serenos e sensatos períodos que o sr. Roosevelt lhe consagrou, e que para esse opúsculo foram trasladados (a pg. 30).

Na justificação da these de que vínhamos fallando—desconhecimento systemático do character da lucta, no convite de 12 de dezembro, «pelo que se refere ao presente»—a resposta da *Entente* é d'um ascetismo dialectico digno só d'um Spartano.

Assevera que esse convite se cobre com uma «capa de guerra» (não se percebe muito bem a relação entre a imagem e a ideia, n'esta phrase), e não exprime a «força real dos adversários». Se não nos enganamos, é o argumento da fraqueza do Bloco que houve intenção d'invocar, no intuito de se repellir a offerta do convite. Por outros termos: «as vantajens militares são agora vossas; mas, como *le droit prime la force*», não de, fatalmente, ser nossas amanhã. Assim, no entanto, é que julgamos esclarecer o período sybillino que, associado ao immediato, exgotta o assumpto indicado acima, «pelo que respeita ao presente», ou seja á situação militar subsistente n'essa data. «Uma paz concluída partindo d'estes dados—prosegue a nota—seria com vantagem exclusiva dos aggressores». Julgamos, pois, ter-lhe traduzido bem o pensamento: o inimigo, na occasião, era com effeito o mais forte; poisque se receia que as vantajens da paz fossem para elle, unicamente.

Não nos surprehendem pouco o receio e a confissão.

Porque se elle contava ser o único a aproveitá-las, como não vêr que o assentimento ao convite não implicava nenhum assentimento prévio ás propostas que

levasse á conferência, e seria por conseguinte facil, pela rejeição d'uma ou d'outra mais destemperada, inutilisar-lhe os planos e as insídias? Reconheçamos que depunham escassa fé nos seus talentos para negociações diplomáticas os homens que allegavam razão tão infantil para s'esquivar á conferência. E' melhor voltarmos página.

«Quanto ao futuro», a nota de 30 de dezembro entoa de novo o estribilho das «sancções, reparações e garantias», mil vezes martelado em artigos e discursos, pelas «ruínas» e «attentados» infligidos pela Allemanha e consócios aos «belligerantes e aos neutros» (esta approximação não é inhabil, nem injusta); e a «Allemanha illude umas e outras» — conclue o único período que no documento é reservado á questão. É claro — este período. Mas permitta-se-nos insistir uma vez mais: o que é que impedia formular concretamente propostas de «sancções, reparações e garantias», descendo-se das fórmulas vagas, difficilmente comprehensíveis e difficilmente discutíveis por esse immenso público de profanos que vem seguindo nas gazetas as peripécias da grande lucta, e contrapol-as na conferência ás que o inimigo apresentasse, ou se presumia que viesse a apresentar? Com certeza, não se pode affirmar que a Allemanha (não sabemos porque a nota excluiu n'este ponto os tres outros alliados) illudisse o que, d'um modo concreto e preciso, se lhe tivesse proposto ou — vá a expressão intimativa — comminado.

Discursos e artigos, nem mesmo quando se tenha vasado limpídamente o pensamento em proposições capazes de soffrer essa forma ulterior, não são, evidentemente, a mesma espécie diplomática e política a que se dá o nome de propostas. Afóra já as proporções que revestem e as indicações occasionaes a que téem por força d'attender, só compromettem a responsabilidade individual do orador e do articulista, quando

muito a d'um Governo que os tenha tacita ou explicitamente perfilhado; e não podem jámais, por consequência, equivaler a um voto e a uma resolução officiaes, auctorisados e aceitos pelos Poderes responsaveis de cada povo. Querer-se-hia só dizer que a Allemanha (e consócios), lançando ao grupo adverso o seu convite, procuravam assim illudir a necessidade futura de se submeter ás exigências expressas nas tres palavras fatídicas, e ameaçadoras como as do festim de Balthasar? Quando fosse, de facto e não conjecturalmente, esse um dos intuitos do convite, não percebemos porque não se lhe poz todo esse jogo a descoberto—relesem n'os a insistência monótona—aceitando a conferência, e surprehendendo-a ahí, n'esse encontro solemne em que o Mundo todo fixaria os seus olhares, com essa fatal legenda, mas «trocada em meúdos» para nos servirmos d'esta phrase popular, tão exacta e pittoresca, mas—revertendo á terminologia clássica—claramente decifrada, ainda como a do festim do rei babilónico, modelada na ideia e na forma de maneira a que toda a gente lhe podesse apreciar a justiça, e as razões da Allemanha (e consócios) para a aceitar ou rejeitar. Renovando a famosa tryada e repellindo a conferência, não occorreria aos signatários da resposta de 30 de dezembro o reparo, embora tão simples, de que a sua obstinação, em reproduzir aquella tryada e em recusar este convite, poderia implicar aos olhos do espectador propenso a dúvidas um objectivo de vingança, em vez d'uma preocupação de justiça, a realidade d'um prazer cruel em humilhar sob o aspecto d'uma reivindicação equitativa a defender? Claríssimo que não estamos aqui insinuando ser esse o fim recôndito da insistência e da recusa; estamos apenas suggerindo a possibilidade de que a malevolência dos homens lhes viesse a communicar um tal sentido.

Passa a nota, em seguida, a especificar os objec-

tivos occultos a que obedeceu o convite dos Centraes. Dispensar-se-nos-ha a tarefa nada grata de pôr a nu a inconsistência do que se pode, sem o mínimo laivo de má vontade, qualificar de tecido de conjecturas. De sagradou-nos sobremaneira esse trecho, felizmente curto, do diploma. Visava o convite — na opinião dos signatários da resposta — a «perturbar a opinião dos Aliados»; «robustecer» a do grupo adversário; «enganar, intimidar a dos neutros»; «justificar antecipadamente novos crimes: guerra submarina, deportações», etc. Repetimos que não vale a pena desfiar este rosário d'asserções, a que mal se descobre ao menos visos d'alicerce. Conjecturas não são factos. Entrar na consciência alheia como se fosse casa nossa pareceu-nos sempre temerário e de mau tom.

O interior da alma alheia — sabe o o mais noviço dos psychólogos — é mystério impenetravel. Falta a observação directa, para nos arriscarmos n'esse labyrintho obscuro com tal qual possibilidade d'atinar-mos com sahida; e falta um fio conductor, — a não ser a própria alma. Mas pode, n'este último caso, acontecer muito bem que onde julgamos vêr uma realidade exterior, independente e inconfundivel, vejamos simplesmente a nossa imagem. N'esse mundo inacessivel a olhar extranho, as conjecturas, além de nada mais serem, em regra, do que frequentísimas e assaz grosseiras illusões, offerecem o desagradavel precalço de nos expôr a conjecturas idênticas, e porventura ainda peiores.

Temerário e de mau tom.

Admittimos sem custo que haja na diplomacia e na política mais que vantajem, necessidade absoluta de formular hypótheses sobre os estímulos e as intenções dos homens com quem se tenha de lidar. Mas taes hypótheses, com motivos ainda mais fortes do que são os que habitualmente as justificam no terreno da objectividade plena, carecem d'um lastro firme de factos e de

cuidadosas inferências para não serem capituladas, e com toda a justiça, de gratuitas; (não devem além d'isso fornecer a um adversário, ou dissidente dos nossos pontos de vista, uma arma que eventualmente se revire contra nós; e quando mesmo satisfaçam a estas e outras condições que não importa enumerar, devem não sahir do fóro interior de quem as faz.

Supponhamos que tudo quanto inconsideradamente se affirma no trecho que vimos de leve annotando, não padecia de qualquer incoherência, intrínseca ou relativa ao que n'outras passagens s'escreve, nem de nenhuma asserção vaga ou de fundamento movediço, nem de previsão alguma que não fosse contraproducente ou aventureosa.

Seguir-se-hia, não obstante, que era o decalco fiel das intenções ou desejos dos Centraes? De modo nenhum. A ausência d'esses precalços, deixando de parte mais algum que é inutil recordar, provaria só que o redactor era sensível ao illogismo e dextro em coordenar as suas ideias, d'accôrdo com certo número de circunstâncias ambientes. Não provaria, porém, que a sua hypóthese correspondia exacta, nem sequer approximadamente, á realidade que se propunha interpretar. E n'este caso, não daria direito ao inimigo de s'embrenhar na mesma senda tortuosa dos raciocinios hypothéticos, e de accusar o redactor e os seus amigos de projectos que jámais lhes tinham perpassado pelo espírito? Se, por ex., se lembrasse d'affirmar, no mesmo tom de sufficiência dogmática, que no diploma de 30 de dezembro só havia de claro e positivo um ódio subterrâneo contra um, apenas um, dos povos inimigos, e a simples coonestação portanto, apesar da penúria dos argumentos, d'um propósito systemático de recusar a conferência; se avertasse mais que esta recusa visava o duplo fim d'humilhar esse adversário único com a imposição de condições de paz inaceita-

veis, e de illudir alguma d'estas condições pela difficuldade, e até impossibilidade, de lhes encontrar fórmula viavel para os inimigos e amigos; lembrando-se elle — dizíamos — de lançar aos quatro ventos tão audaciosas e offensivas conjecturas, os signatários da resposta de 30 de dezembro não se sentiriam, n'um só tempo, indignados e vexados? Tal é o caso.

Não desfiemos, porque não existe para o exame crítico elemento algum de confiança, o trecho da resposta, que nos induziu a estes reparos ligeiros. Demos, se não por certa, por verosimil a hypóthese que n'elle se faz, nos seus aspectos variados. Resta sempre a inevitavel pergunta: porque se não accitou a conferencia? O inimigo quiz «perturbar a opinião» belligerante? Mostrar-se-lhe-hia lá que se illudira. Queria «enganar e intimidar a opinião» dos neutros? Lá se lhe provaria que a sua manobra era insensata. Queria impôr aos povos da *Entente* «a paz allemã»? Ahi se lhe demonstraria que só a «nossa paz» lhe era possivel.

Porque se não tentou esta experiência decisiva para lhe medir a profundidade da fraqueza, militar, moral, material, e para lhe desmascarar a incommensurabilidade da perfídia?

Recolhia as suas propostas cavilosas, e accitava as que lá se lhe contrapunha? A fraqueza que se lhe attribuíra ficava triumphalmente confirmada. O ameaçador espectro allemão reduzia-se, grotescamente, ás proporções d'um espantalho. Cessavam ruinas e sangueira; e os povos, desopprimidos, não mais teriam que temer pelas suas liberdades.

Não accitava as nossas e pretendia impôr as suas? Rompia-se a conferencia, explicando-se ao Mundo attento, pela publicação d'umas e d'outras, e das actas consignativas da discussão dos delegados, os motivos sérios da rutura.

Na resposta de 30 de dezembro não se affirma,

sem a menor tergiversação, que o direito, desde sempre, e a força, em futuro muito próximo, estavam apenas d'este lado, e não do outro? Se, talvez sem precedente algum na história humana, força e direito se colligam para favorecer uma certa causa, por que razões mysteriosas se avança intrepidamente no terreno exclusivo da força, e parece fugir-se á lucta no exclusivo campo do direito?

E' possível que, para os iniciados nos escaninhos abscônditos da diplomacia e política alliadas, este contraste, de proceder e d'attitude, seja tão límpido e claro como a lymphá dos arroios, perdoem-n'os a imagem clássica; para nós é tão opaco e obscuro como o texto do Apocalypse antes que o Anjo lhe viesse quebrar os sete sellos,—se remotas leituras da nossa mocidade não nos estão, acaso, desmentindo a fidelidade da memória.

Das premissas a que temos vindo consagrando mais desinvolvido, embora ainda insufficiente, exame do que era intenção nossa, concluem os Governos alliados: não poderem «tomar conhecimento d'uma proposta sem sinceridade e sem alcance»; opporem esta recusa na «plena consciencia da gravidade, mas também das necessidades, d'esta hora»; não haver «paz possível em quanto não forem assegurados a reparação dos direitos e das liberdades violadas, o reconhecimento do principio das nacionalidades»;—as reivindicações, em summa, da propaganda insistente a que temos alludido várias vezes. Tres conclusões distinctas, portanto: rejeição firme da proposta da conferência; acceitação implícita da responsabilidade que se contrahe pela recusa; propósito irreductivel de não admittir paz alguma emquanto não forem admittidas pelo inimigo (subintende-se) certas condições preliminares. O documento vai transcripto n'um Appêndice a este opúsculo; cremos que nem aqui nem n'outra passagem deturpamos, involuntariamente claro, o pensamento dos signatários.

Reconhecem elles assim, supponmos nós, que a responsabilidade da continuação da guerra é toda sua; e declaram, com egual franqueza e lealdade, que não estão resolvidos a pôr-lhe um termo antes que o inimigo accete, ou elles estejam habilitados a impôr-lhe um certo número de condições que tornem a paz a negociar, simultaneamente, duradoura e insophismavel. Está muito bem. Mas estas condições, julgadas preliminar imprescindivel ás negociações de paz que se affirma desejar tanto como o grupo adversário, e mais ainda, — quando e onde haviam sido concretamente formuladas até á data, 30 de dezembro, da resposta? D'um modo concreto, e official tambem, nunca e em paiz algum da *Entente*, pelo menos que tenha chegado a este obscuro recanto da Europa. Foram-n'o depois, em nota que respondia á do presidente da República norte-americana, de 18 de dezembro de 1916; e foram-n'o, e apezar de tão serodidamente, d'um modo incompleto, indefinido e vago ás vezes, e absolutamente inaceitavel, sem humilhação e ruina próprias, pelo grupo das Potências inimigas. Porque o não seriam antes? Porque se foi sonegar a estas Potências, á data da recepção do convite ou no instante em que, a ser acceto, se reunisse a conferência, o que não se hesitou em prodigalisar ao chefe d'um Estado, sem dúvida, poderoso e merecedor da bizarra deferência, mas até ahí neutral, e que não tinha pois título bastante para intervenção directa no assumpto? Desde que havia a intenção de as publicar, que vantajem se descobriu, ou que ponderosas razões se allegaria, para as expôr a Mr. Wilson, presidente d'uma República neutral, e as recusar aos Governos belligerantes, desde logo ou na conferência que propunham? Não querendo nós incorrer n'uma culpa que n'este escripto nos permittimos censurar, abster-nos-hemos de commentários que poderiam não passar de presumpções, talvez offensivas e

com certeza impertinentes. Não calaremos todavia uma inferência, por nos parecer de todo incontestável: os Governos da *Entente* não queriam a paz, quaesquer que fossem as propostas a fazer pelo adversário; e todo o seu esforço na transcendente questão consistiu, na resposta de 30 de dezembro, em imprimir o cunho de legítima a essa recusa systemática, na de 10 de janeiro ao presidente Wilson, em pôr o inimigo, pelo insólito das condições ahi tornadas públicas, na impossibilidade evidente de renovar a sua tentativa. O theor da réplica (12 de janeiro) á resposta de 30 de dezembro, e que no Appêndice tivemos cuidado d'inserir, constitue um bom argumento de reforço á inferência que tiramos do exame comparativo dos quatro diplomas officiaes.

Uma excellente contraprova do que vimos sustentando não é difficil d'encontrar, fazendo uma hypóthese muito simples:

Supponhamos que o desejo de paz era sincero n'um e n'outro grupo belligerantes, e que estavam, pois, resolvidos a todas as concessões e transigências, de pensamento e de forma, necessárias á consecução d'esse grande objectivo, desde que não implicassem para algum, ou para ambos, humilhação, desdouro, nem transacção deprimente para os seus brios.

O theor e a forma porque julgamos dever o bloco Central ter redigido o seu convite aos Alliados expozemol-os já na altura própria. Não o redigiu como pensamos que devia; mas é, no emtanto, indiscutível que não tolhia irremediavelmente ao adversário a possibilidade d'um acolhimento favoravel. Seria «desprovido de substância e precisão», «sem sinceridade e sem alcance», como se qualifica na resposta; mas não era, positivamente, nem mystificação nem insolência. Tinha mesmo «substância» sufficiente para se concluir haver no espirito dos redactores a preocupação pela ruina

de todo o «progresso material e moral da Europa», e sufficiente precisão para s'intender que era d'uma conferência de paz que se tractava.

Se o que vimos dizendo não pode razoavelmente negar-se, — que tinham a fazer os Alliados, na hypóthese que fazemos, em face da rudeza, inoportunidade, impertinência até, d'alguns trechos do convite? Esta cousa singela, e não inédita aliás na história da diplomacia e da política: repudiar com firmeza e correção o que lhes parecesse injusto ou offensivo: propôr uma fórmula para as reivindicações que julgassem absolutamente indispensaveis, quer pelo valor que em si tivessem, quer pelo respeito á sinceridade das afirmações anteriormente feitas, e por diversas vezes repetidas; e declarar dependente d'uma troca preliminar d'explicações sobre os dous pontos indicados a acceitação, em principio, da reunião da conferência.

As Potências da *Entente* é evidente que não podiam nem deviam passar em silêncio a devolução das responsabilidades da guerra que se julgavam sinceramente auctorizadas a attribuir ao inimigo, em particular, se não até de modo exclusivo, ao imperador e Governo da Allemanhá. O silêncio seria, evidentemente, confissão ou de leviandade nas reiteradas affirmativas que sobre a irritante questão se fizera, ou de receio de que factos inéditos lhes viessem destruir, pelo menos attenuar, o valor dos testemunhos em que essas affirmativas se apoiavam. Tinham que fallar, pois, necessariamente. Ora, leviandade em ter como provado o que dos respectivos Livros Brancos resultava estar sufficientemente esclarecido, não houvera, admittindo-se o critério (insufficiente e fallivel para nós) que é d'uso geral n'esses exames e conclusões officiaes. Mas podia ter havido quer uma interpretação apaixonada das peças que os respectivos Gabinetes apresentaram aos parlamentos, e fizeram distribuir profusamente, quer improvisão da pos-

sibilidade dos testemunhos inéditos a que estamos alludindo. Razoavelmente, não era possível contestar-se que um d'estes precalços, em nada offensivos da boa-fé d'esses Governos, não fosse capaz d'explicar a renovação, no convite de 12 de dezembro, d'um caso tido por julgado.

A sua revivescência n'um diploma cuja índole lhe devia ser de todo extranha, pois que um intuito de paz deve naturalmente excluir quanto, de perto ou de longe, levante e atice controvérsias, impunha assim a revisão dos argumentos e dados em que os Gabinetes da *Entente* haviam assentado o seu juízo. Uma tal revisão, feita por elles, clarò que a nenhuma conclusão diversa da primeira levaria; e uma interpretação differente da sua, sobre os documentos conhecidos, não a apresentavam as Potências Centraes na sua nota.

Como, porém, a subintendiam, e a existência de nova documentação não era impossível, evidente se torna que a revisão que lembramos deveria ser proposta, e além d'isso confiada a uma entidade que não fosse juiz e parte na questão. Um *comité, junta* em linguagem portugueza, composta de peritos diplomáticos e políticos de nações neutraes, com approvação e representação dos Governos dos dous grupos belligerantes, podia muito bem desempenhar n'ella o papel d'árbitro. Diplomatas e políticos neutros, de honorabilidade e imparcialidade garantidas, cremos que não seria muito difficil d'encontrar: era só pôr algum empenho na procura.

Eis o primeiro alvítre com que, na nossa opinião, convinha aos Governos da *Entente* responder a um dos trechos do preâmbulo do convite, para si desagradaveis.

A resposta ao segundo trecho, o que celebra os «éxitos e victorias» alcançados, e em que se pretende não poder «ser quebrada a força» dos quatro paízes do Bloco, indicamol-a já no exame do convite. De resto, occorre tão promptamente que nem valeria a pena recordal-a se os referidos Governos não tivessem feito

d'um ponto secundário no texto essencial d'aquella nota, juntamente com o ponto que vem de ser examinado, o seu «corcel de batalha» na resposta, e de os guindar, ambos, á altura de motivos sufficientes para a rejeição *in limine* em que resolveram fixar se.

Incomparavelmente, maior importância revestem as reivindicações a formular na resposta, e ás quaes, todavia, não reservaram o desinvolvimento que foram liberalisar a recriminações e conjecturas, nem souberam, ou não quizeram, dar a forma concreta qu'exigiam. Não nos referimos a todas; porque a sua formulação immediata nem seria facil, nem se tornava indispensavel. Referimo-nos apenas ás que constituísem, legitimamente, condições preliminares da acceitação do convite, e podiam, sem a menor difficuldade, formular-se e articular-se desde logo sem o óbice de suscitarem entre os dous Partidos insolúveis polémicas, ou darem margem a dissentimentos entre os paizes aliados.

Uma d'ellas era a da independência da Bélgica, com a reconstituição d'este pequeno povo, injustamente aggreddido e gravemente devastado. N'outros termos: seria a exigência de ratificação do compromisso tomado pelo chanceler da Allemanha no Reichstag, em sessão de 4 d'agosto de 1914, e ao qual, de resto, a resposta de 30 de dezembro correctamente faz allusão confirmativa, comquanto no intento provavel de «fechar com chave d'ouro», de, n'um habil repto d'eloquência e como argumento derradeiro e fulminante, arremessar a vítima á cabeça do verdugo. Do grupo adversário, com eerteza, nenhuma objecção se levantaria contra ella.

O mesmo se não pode affirmar d'outra reivindicação, julgada tão fundamental como essa pela *Entente*, e da qual é, no emtanto, positivo que lhe seria desairoso prescindir. Tracta-se, elaro é, das «reparações e indemnisações» por attentados e prejuízos, com

mettidos e causados pelos exércitos do Bloco sem que a menor necessidade militar os justificasse; tracta-se, emfim, d'actos de crueldade e de vandalismo; absolutamente gratuitos, sem causa alguma séria que os possa ao menos explicar. Inutil lembrar aqui o immenso rol. Os nossos jornaes, echo fiel do que a imprensa da *Entente* se não tem cançado em divulgar, rara é a semana em que não inserem algum episódio comprovativo da crueza dos soldados e marinheiros dos Centraes.

Isto é, porém, o que os Governos da *Entente*, com um ou outro testemunho occasional d'origem neutra, véem affirmando; e forçoso é convir, em que, dada a extrema gravidade d'algumas das accusações, e que dizem estar devidamente documentadas, não estarão só devaneando, ou comprazendo-se apenas em tornar odioso o inimigo. Mas forçoso nos é tambem convir em que tantas e tão complexas infracções ao direito público e privado, e ás praxes e usos da guerra, não são muito simples d'apurar, sobretudo em relação ás responsabilidades de quem as perpetra, ou permittiu que se perpetrasse, e á infinidade d'incidentes que não podiam deixar n'ellas d'influir. Além d'isso, o estado anormal d'excitação em que se vivia, ha dous annos e meio, na Europa e particularmente nos paizes directamente involtos na lucta, não é o ambiente mais propício a um desfiar sereno d'esse rosário d'accções delictuosas. Ha ainda a observar que, em bastantes casos, as victimas das crueldades, ruinas e tropelias que se allega, e os auctores dos inquéritos que se affirma comproval-as, não são absolutamente desinteressadas no assumpto; e não poderão nunca, em todo o caso, serem juiz e parte no pleito, e n'um pleito de complicações, materiaes e moeraes, sem precedentes. Accresce, emfim, que muitas d'essas accusações, e não de somenos importância, téem sido capituladas pelo inimigo de calúrnias, e por elle formal e energicamente desmentidas.

Como sahir então, equitativamente, d'esta balbúrdia de invectivas e de réplicas, d'imputações e de remoques, d'affirmações e de negações contradictórias? Equitativamente, só pelo meio já lembrado a propósito das responsabilidades no rompimento que traz a Europa, quasi o Mundo inteiro, em fogo: deferindo a um *comité*, ou junta d'árbitros a missão d'inquirirem dos factos e das accusações, de resto mútuas, relativamente a várias derogações de direito internacional e usos da guerra, e pronunciarem sob'elles o seu *veredictum* final. N'esse *comité*, ou junta de peritos em questões de natureza jurídica e da esphera militar, teriam representação delegados escolhidos pelos dous grupos contendores. Não cremos que tambem fosse muito difficil deparar, nas seis nações que se têm mantido neutras na Europa, com algumas dezenas d'homens de bastante probidade e competência para se desempenharem da missão com assentimento, talvez até com applauso, dos Governos que lh'a tinham confiado; assim houvesse empenho em procural-os! Quasi supérfluo repetir que essa junta de peritos não tinha nada que s'embrenhar em conjecturas acêrca de cálculos ou d'intenções de ninguem; tinha que apurar sómente factos, por observação directa e apreciação do valor testemunhal apresentado pelo Partido accusador, e qu'estabelecer a intervenção incontestavel n'elles das pessoas a quem esse Partido accusador as attribua, ou que a sua própria investigação provasse haverem tido n'elles ingerência. As compensações, reparações, indemnisações, de resto offerecidas espontaneamente, em vários casos a que os jornaes se tem referido, pelo Governo allemão, podiam ser assumpto a regular entre si pelos conferentes da paz, desde que nenhuma impugnação procedente invalidasse algum dos resultados a que chegara o *comité*, ou junta, de peritos; ou, na hypóthese de possivel desaccôrdo, a derimir em úl-

tima instância pela própria junta de peritos. O essencial era estabelecer sobre factos irrefutaveis a justiça d'essas reivindicações, e fazer aceitar por ambos os grupos de Potências o compromisso de as tomar em consideração, sem as repellir nem as illudir. E era ainda essencial que o rol dos factos delictuosos, ou derogativos de praxes e usos de guerra insusceptíveis de contradicta defensavel, a produzir por qualquer dos grupos de Potências, se restringisse aos que julgassem perfeitamente comprovados, promptamente revisíveis, e legitimamente merecedores das sancções que se reclamou: por ex., os casos de Luvaina, fusilamento de *miss Cowell*, «Lusitania» e outros navios afundados, etc., produzidos pela *Entente*; os da deportação para a Sibéria, pelos Russos, de populações da Galícia e da Prússia oriental, violação da neutralidade da Grécia aggravada pela imposição do bloqueio, desprezo das Declarações de Londres e Paris, etc., produzidos pelo Bloco. Não se precisando e circumscrevendo os factos a submeter ás investigações do *comité* pericial, teríamos obra que meia dúzia d'annos não bastariam para ultimar, e teríamos principalmente pleito que nem um século bastaria para derimir. Não s'excluindo as restantes reivindicações, consideradas pela *Entente fins de guerra*, ainda suppondo que seria facil definil-as, justifical-as, e fazel-as reconhecer pelas Potências do Bloco, era fatal embrenharem-se os dous grupos de Governos, directamente ou por meio dos seus delegados á conferência, n'um dedalo de argúcias, d'objecções e de reservas, d'onde seria tanto menos provavel a sahida quanto se ignorava o sentimento e o voto dos paizes neutros na matéria. O momento de as apresentar não era esse; não o era mesmo, para algumas, aquelle em que os delegados se reunissem.

Ficou já dito que a sua apresentação e discussão exigiam imperiosamente, além de longo trabalho pre-

paratório para serem bem discriminadas e claramente redigidas, um convite expresso e formal aos paizes neutros para nova e definitiva conferência.

Tal, pois, o segundo alvitre com que julgamos convir ás Potências da *Entente* responder á passagem da nota allemã em que se receia a subversão de todos os progressos, materiaes e moraes, da Europa, e que admiravelmente offerecia oportunidade ás reivindicações que se podia ter por mais instantes.

Teriam essas Potências razão séria a contrapôr-lhe? Com toda a certeza, nenhuma. Diremos porém mais: logicamente, como Potências pacifistas e como Potências democráticas, era esse o único alvitre a que lhes era forçoso recorrer, — abstrahindo, claro, da Rússia autocrática, que não possuia nem as mesmas tendências nem as mesmas tradições que os outros signatários da resposta. É fora de dúvida que aspirações divergentes haviam originado um conflicto, e afirmações contradictórias vinham entretendo, desde uns quantos mezes, um litigio sobre pontos determinados no terreno do direito público e commum até ahí vigente entre as nações. Para dar satisfacção, em qualquer tempo, áquellas aspirações discordantes, as grandes Potências do Globo não tinham achado outro recurso além da guerra; mas para encerrar, e ás vezes prevenir, estes litigios secundários conheciam já, e por experiência antiga, alheia e própria, o que se denomina mediação e arbitragem.

Dava-se agora o caso, litteralmente «suggestivo» na accepção ingleza do termo, de ser esse litigio originado na guerra, de se procurar com a sua solução pôr termo a esta immensa calamidade, europeia e mundial, e de se afirmar um dos grupos litigantes, com sinceridade e com insistência, pacifista e democrático.

Que o outro grupo, tido, com razão bastante ou

sem ella, por militarista e cesarista, o pretendesse resolver só pela força, era natural e era lógico: as soberanias nacionaes, no seu ponto de vista, não são entre si equivalentes; e entre soberanias eguaes, isto é, entre Potências igualmente confiantes na sua riqueza, populosidade e poderio, os dissentimentos, ainda no seu ponto de vista, ou se resolvem por concessões mútuas espontâneas, ou se liquidam pelas armas. O direito, para Potências militaristas, é simplesmente a força posta em artigos e parágraphos; são ellas que o criam, que o definem, e que o impõem; e na sua applicação, nas relações recíprocas dos povos, acham tão natural como legítimo serem juiz e parte ao mesmo tempo.

Com o outro grupo, evidente se torna, o caso é outro. Todas as soberanias nacionaes, para elle, são entre si equivalentes; e o direito, a expressão abstracta, ou melhor, racionalista, de necessidades collectivas communs, consideradas tambem entre si equivalentes. Perante esse direito, superior e geral, todos os povos são eguaes, exactamente como dentro de fronteiras todos os cidadãos são eguaes perante a lei; e a sua applicação internacional, tal ainda como acontece para os cidadãos em cada Estado, está virtualmente, se não na realidade, garantida por uma auctoridade exterior, imparcial e, por assim dizer, impessoal. A nenhum povo portanto, como a nenhum cidadão em cada Estado, é permitido ser juiz em causa própria, e muito menos querer impôr a outrem, pela força, o que diz, ou julga ser o seu direito.

Esta a situação precisa da *Entente* na questão que se ventila. Ella sustenta, e logicamente, que todas as nações, grandes e pequenas, são eguaes perante o direito público das Gentes; não reconhece, e logicamente, que a força constitua a base nem a sahção arbitrária do direito; affirma, e certamente com razões fundamentadas, que este direito foi arbitrariamente es-

quecido e violado pelo seu adversário; logicamente, pois, carece de provar o que afirmou, e de propôr a transferência do litígio para quem não seja nem juiz nem parte n'elle. Só na hypóthese de recusa d'arbitragem, ou de reparação, uma vez provada a affirmativa, pelo seu adversário, é que pode legitimamente appellar para a sua força.

Não crêmos que, limitando sensatamente as suas reivindicações ao que dissemos, a *Entente* visse rejeitado pelo bloco dos impérios qualquer dos alvitres que lembramos. E suppondo mesmo que o fosse, o seu programma pacifista e democrático impunha-lhe o dever inilludível de os propôr. Não o fez. Deixou passar o «momento psychológico», segundo a expressão consagrada, de submeter a uma prova convincente a sinceridade do inimigo, e, affirmar a um tempo a sua, e a superioridade generosa do seu programma político.

E qual foi o resultado d'este erro quasi inconcebível?—deixar subsistir dúvidas que era de necessidade absoluta dissipar, e fazer do seu inimigo o mais convicto e o mais constante corypheu do seu programma pacifista.

Porque não daria a *Entente* esse passo, que a conjunctura e a lógica estavam a impôr com força egual? Segundo o nosso modo d'apreciar a questão, só dous motivos imperiosos serão capazes d'explicar um procedimento que persistimos em considerar um erro e um illogismo. Desejar, com effeito, proseguir na guerra a todo o custo—o que justificaria a inferência que nos levou a esta pequena digressão—seria um d'elles; receiar que as propostas levadas pelo grupo antagonista á conferência vibrassem um golpe mortal na união que, até ahi, o famoso compromisso de Londres mantivera, seria o outro.

Este compromisso impede só, como é sabido, as Potências signatárias de concluírem a paz em separado

e de proporem condições de paz sem accôrdo prévio; mas não impede, se o estamos bem interpretando, que alguma d'ellas, chegado o momento d'essas negociações em commum s'entabolem, possa estar em desaccôrdo com qualquer dos outros alliados sobre as propostas a fazer pelo inimigo, e por conseguinte se reserve, em tal caso, o direito de negociar com elle uma paz que o satisfaça. N'outros termos: para a lucta armada, como para a elaboração do pogramma a levar pelas Potências da *Entente* á conferência, o pacto de Londres subsiste, sem grande probabilidade de vir uma d'ellas a rompê-lo; mas, uma vez reunida a conferência e iniciados os debates, a solidariedade até ahí mantida deixa de ser obrigatória, e portanto difficilmente deixaria de ceder na hypóthese, quasi certa, de se não poder concluir a paz sem que alguma d'essas Potências renuncie a vantagens ou aspirações que lhe são caras. A rápida resenha histórica feita na primeira parte d'este opúsculo, não permite dúvida alguma sobre a existência real d'este receio por futura desintelligência entre os paizes alliados, nem sobre quaes d'estes paizes foram os primeiros a mostrá-lo, e a prevenir-se desde logo contra as contingências que previam.

E porque não poria a Inglaterra o seu esforço em persuadir aos Alliados a conveniência, não diremos já necessidade, em adoptar os alvitres que ficaram atrás resumidos, salva a questão de forma e a possível inclusão de mais algum ponto julgado essencial; ou, no emtanto, em não imprimir á nota de 30 de dezembro um character aggressivo, nem d'um irremediavel *non possumus*, ou mais propriamente, *non volumus*?

A Inglaterra não fôra attingida pelo trecho do convite de 12 d'esse mez, que o sr. Sonnino qualificou de «fanfarrão». Não fôra vencida por terra, pois que não perdera batalha alguma d'influência decisiva na campanha, com a única excepção dos Dardanellos, e

até mesmo arrebatara quasi todas as possessões do inimigo; no mar, abstrahindo da incómoda opposição dos submarinos, estava incontestavelmente vencedora; a sua ilha continuava, como até ahi, inabordable.

A Inglaterra, pela bôcca de Mr. Lloyd George, deixara entrevêr ao Mundo a esperança de que, apesar d'aquellas «fanfarronadas e insinceridade» do introito do convite, a paz ainda poderia ser negociada; e é muito de crêr que podesse contar, para esse grandioso objectivo, com o apoio da Itália.

Porque deixaria pois — repetindo a pergunta, a pg. 133 — «triumphar a intransigência»?

«A chave da situação — diziamos a um velho e cãro amigo, por essa época — está em Londres, só em Londres. A Inglaterra tem deante de si um admiravel momento para coroar a sua obra gigantesca, fazendo o mais largo e generoso ensaio de paz de que os homens guardem a recordação agradecida. Se o não fizer, quem sabe quando apparecerá outro momento como este? e quem poderá dizer que a Allemanha não venha ainda a triumphar?»

«Porque é que o seu voto íntimo — perguntávamos na página, citada acima, d'este opúsculo — não quiz, ou não conseguiu, prevalecer?»

A sua diplomacia têl-a-hia avisado já de que havia breve a contar com a Norte-América, abrindo-lhe d'este modo a perspectiva d'uma victória certa, esmagadora?

Esbarraria com qualquer opposição irreductivel d'alguma das Potências alliadas, prevendo então que o seu isolamento determinaria fatalmente a sua ruina?

Fóra d'estas, haverá uma outra hypóthese provavel que melhor explique a sua inexplicavel abstenção?

Resolva o mystério quem, melhor que nós, possua o dom de adivinhar. O facto é que não aproveitou

esse momento; o facto é que não tentou esse opportuno esforço pacifista.

A eclosão d'esta guerra, apreciada no ponto de vista do que chamaremos as «responsabilidades conscientes», se não ha absoluta injustiça em a filiar na interferência activa da Allemanha, não resultou menos das hesitações da Inglaterra em activamente interferir, quando era tempo. A sua continuação pode com igual justiça attribuir-se á reincidência, pela Inglaterra, d'aquelle seu erro inicial. O seu remate, nada improvavelmente desastroso ou fruste para os objectivos que os Alliados divulgaram, ainda á Inglaterra, e então á Inglaterra sobretudo, não o deixarão, inimigos e amigos, justamente d'imputal-o.

Não é muito alegre o epílogo d'este opúsculo, mas o exame da resposta da *Entente* e a evocação de factos e attitudes culminantes n'esta guerra não permittiram traçar outro melhor.

APPÊNDICE

A RESPOSTA DA ENTENTE

«Os Governos Alliados, da Belgica, da França, da Grã-Bretanha, da Italia, do Japão, do Montenegro, de Portugal, da Romenia, da Russia e da Servia, unidos para a defesa da liberdade dos povos e fieis ao compromisso tomado de não deporem isoladamente as armas, resolveram responder collectivamente ás pretensas propostas de paz que lhes foram dirigidas por parte dos Governos inimigos, por intermedio dos Estados-Unidos, da Hespanha, da Suissa e dos Paizes Baixos.

«Antes de qualquer resposta, ás Potencias alliadas cumpre-lhes levantarem-se altamente contra as duas asserções essenciaes da nota das Potencias inimigas, a que pretende lançar sobre as Potencias alliadas a responsabilidade da guerra e a que proclama a victoria das Potencias Centraes. Os Alliados não podem admittir uma affirmacão inexacta e que basta para ferir de esterilidade toda e qualquer tentativa de negociação.

«As nações alliadas soffrem ha 30 mezes uma guerra que ellas tudo fizeram para evitar; demonstraram por actos a sua dedicacão á paz; esta dedicacão é tão firme hoje como era em 1914.

«Depois da violação dos seus compromissos, não

é sobre a palavra da Allemanha que a paz, rota por ella, pode fundar-se. Uma sugestão sem condições, para a abertura de negociações, não é um offerecimento de paz. A pretendida proposta desprovida de substancia e de precisão, posta em circulação pelo Governo imperial, apparece menos como uma offerta de paz do que como uma manobra de guerra. É baseada do desconhecimento systematico do character da lucta no passado, no presente e no futuro.

« Quanto ao passado, a nota allemã ignora os factos, as datas, os algarismos que provam que a guerra foi desejada, provocada e declarada pela Allemanha e a Austria-Hungria.

« Na Haya, foi o delegado allemão quem rejeitou qualquer proposta de desarmamento; em julho de 1914, foi a Austria-Hungria quem depois de ter dirigido á Servia um « ultimatum » sem precedentes, lhe declarou guerra, não obstante as satisfações immediatamente obtidas. Os Imperios Centraes repeliram, então, todas as tentativas feitas pela *Entente* para assegurar a um conflicto local uma solução pacifica. O offerecimento de uma conferencia pela Inglaterra, a proposta franceza da Commissão Internacional, o pedido de arbitragem do Imperador da Russia ao Imperador da Allemanha; a *Entente* realizada entre a Russia e a Austria-Hungria na vespera do conflicto, todos estes esforços foram deixados pela Allemanha sem resposta e sem seguimento. A Belgica foi invadida por um Imperio que tinha garantido a sua neutralidade e que não se arreciou de proclamar elle mesmo que os tratados eram « farrapos de papel » e que a « necessidade não tem lei ».

« Pelo que respeita ao presente, as pretendidas offertas da Allemanha cobrem-se com uma capa de guerra que não exprime mais que a apparencia exterior e passageira da situação, não a força real dos adversarios. Uma paz concluida partindo d'estes dados

seria em vantagem exclusiva dos agressores que, tendo julgado atingir o seu fim em dois mezes, descobrem ao fim de dois annos que não o atingirão nunca.

«Quanto ao futuro, as ruínas causadas pela declaração de guerra allemã, os attentados innumeraveis commettidos pela Allemanha e os seus alliados contra os belligerantes e contra os neutros, exigem sancções, reparações e garantias; a Allemanha illude umas e outras.

«Na realidade, a abertura de negociações feitas pelas Potencias Centraes não é mais que uma tentativa calculada com o fim de agir sobre a evolução da guerra e de impôr finalmente uma paz alemã.

«Ella tem por objecto perturbar a opinião nos paises aliadõs; esta opinião, não obstante os sacrificios consentidos, já respondeu com uma firmeza admiravel, e denuncia o vasio da declaração inimiga. Quer robustecer a opinião publica da Allemanha e dos seus Aliados, tão gravemente experimentados já pelas suas perdas, gastos pelo aperto economico e esmagados pelo esforço supremo que dos seus povos exige. Procura enganar, intimidar a opinião publica dos paises neutros, fixada desde muito tempo nas responsabilidades iniciaes, esclarecidas sobre as responsabilidades presentes e clarividente demais para favorecer os designios da Allemanha, abandonando a defesa das liberdades humanas. Tende enfim, a justificar antecipadamente aos olhos do mundo novos crimes: guerra submarina, deportações, trabalhos e alistamentos forçados de nacionaes contra o seu proprio paiz, violações de neutralidade.

«É na plena consciencia da gravidade, mas tambem das necessidades desta hora que os Governos Aliados, estreitamente unidos entre si e em perfeita comunhão com os seus povos, se recusam a tomar conhecimento duma proposta sem sinceridade e sem

alcance. Afirnam uma vez mais que não ha paz possível em quanto não forem asseguradas a reparação dos direitos e das liberdades violadas, o reconhecimento do principio das nacionalidades e da livre existencia dos pequenos Estados; enquanto não for garantido um regulamento de natureza a suprimir definitivamente as causas que ha tanto tempo tem ameaçado as nações e a dar as unicas garantias eficazes para a segurança do mundo.

«Cumpre ás Potencias Aliadas, terminando, expõem as considerações seguintes, que fazem realçar a situação particular em que se encontra a Belgica depois de dois anos e meio de guerra. Em virtude dos tratados internacionaes assinados pelas cinco grandes potencias da Eufopa, no numero das quaes figurava a Allemanha, a Belgica gosava antes da guerra dum estatuto especial que tornava o seu territorio inviolavel e a colocava sob a garantia das Potencias, ao abrigo dos conflitos europeus. Todavia, com menosprezo dos tratados, a Belgica foi a primeira a sofrer a aggressão da Allemanha. Eis porque o Governo belga julga necessario precisar o fim que a Belgica nunca deixou de proseguir combatendo ao lado das Potencias da «Entente», pela causa do direito e da justiça.

«A Belgica sempre observou escrupulosamente os deveres que lhe impunha a sua neutralidade. Pegou em armas para defender a sua independencia e a sua neutralidade violada pela Allemanha e para permanecer fiel ás suas obrigações internacionaes. No dia 4 de agosto, no Reichstag, o chanceler reconheceu que esta aggressão constituia uma injustiça contraria ao direito das gentes e em nome da Allemanha comprometeu-se a repará-la».

«Ha dois annos e meio que esta injustiça tem sido cruelmente agravada pela pratica da guerra e de occupações que esgotaram os recursos do paiz, arruinaram

as suas industrias, devastaram as suas cidades e as suas aldeias, multiplicaram os massacres, as execuções e as prisões. E, no momento em que a Allemanha fala ao mundo em paz e humanidade, deporta e reduz á escravidão cidadãos belgas aos milhares.

«Antes da guerra, a Belgica não aspirava senão a viver em bom accordo com todos os seus vizinhos. O seu rei e o seu governo não teem mais que um fim: o restabelecimento da paz e do direito. Mas querem só uma paz capaz de assegurar ao seu paiz reparações legitimas, garantias e seguranças no futuro».

(*D. de Noticias*: 1, janeiro, 1917).

RÉPLICA DA ALLEMANHA À RESPOSTA DA ENTENTE

O governo imperial, por intermedio dos governos dos Estados Unidos, da Espanha e da Suissa, recebeu a resposta dos seus adversarios á nota de 12 de dezembro, pela qual a Allemanha, de concerto com os seus aliados, propunha abrir imediatamente negociações de paz. Os nossos adversarios repeliram essa proposta sob o pretexto de que não era sincera e de que era sem importancia. A forma que reveste a sua comunicação exclue para nós a possibilidade de uma resposta (1); mas o governo imperial julga importante fazer conhecer o seu ponto de vista sobre o estado da questão aos governos neutros.

(1) E' triste reconhecer que não ha n'esta asserção exagêro.

As potencias centraes não teem razão para recomeçar a discussão das origens da guerra mundial (1). A Historia julgará a quem incumbe a espantosa responsabilidade da guerra e o seu julgamento não ignorará nem a do cêrco da Inglaterra, nem a politica de desforra da França, nem as ambições da Russia sobre Constantinopla, nem o levantamento da Servia e o atentado de Serajevo, nem a mobilisação geral da Russia, que significava a guerra contra a Allemanha (2).

A Allemanha e os seus aliados, que tiveram de empunhar as armas para defenderem a sua liberdade e a sua existencia, consideram o seu fim de guerra como atingido.

Pelo contrario, as potencias inimigas estão cada vêz mais afastadas da realisação dos planos, que, segundo as declarações dos seus homens de Estado responsaveis, preveem a conquista da Alsacia-Lorena e de varias provincias prussianas, a humilhação e a diminuição da monarquia austro-hungara, a partilha da Turquia e a mutilação da Bulgaria (3).

Em face de semelhantes fins de guerra, o desejo de sancções, de reparações, de garantias é surpreendente na boca dos nossos adversarios. Estes pretendem que as propostas de paz das quatro potencias alliadas constituem uma manobra de guerra. A Allemanha e os seus alliados protestam da maneira mais energica contra uma tal deturpação dos seus intuitos, abertamente e lealmente expostos. A sua convicção era de

(1) Foi pena que a nota de 12 de dezembro a tivesse suscitado.

(2) Estas allegações não são gratuitas. Pela expressão « cêrco da Inglaterra » quer-se designar a politica internacional d'este país, na época de Eduardo VII, tendo por scopo o isolamento da Allemanha.

(3) Estes, e outros ainda, « fins de guerra » proclamou-os officialmente a própria *Entente* na sua resposta (10, janeiro, 1917) á nota do presidente Wilson, dirigida ás Potências belligerantes em 18 de dezembro de 1916.

que era possível uma paz justa e aceitável por todos os beligerantes, que essa paz podia ser realizada por uma troca de vistas oral e imediata e que por consequência não podiam ser responsáveis por uma mais longa efusão de sangue.

A intenção que o governo imperial exprimiu sem restrições de fazer conhecer as suas propostas de paz, logo no começo das negociações (1), devia afastar todas as duvidas sobre a sua sinceridade.

Os seus adversarios, a quem offereceu a oportunidade de examinarem a extensão das suas propostas, recusaram-se a qualquer exame e não fizeram nenhuma contra-proposta (2). Pelo contrario, declararam que é impossível qualquer paz enquanto não forem garantidos o restabelecimento dos direitos e liberdades violadas, o reconhecimento do principio das nacionalidades e a livre existencia das pequenas nações.

Os nossos adversarios contestam a sinceridade das propostas das potencias alliadas, mas o mundo não poderá approvar as suas exigencias pensando na sorte do povo irlandez, no aniquilamento da liberdade e da independencia da Republica dos Boers, na sujeição do norte de Africa pela Inglaterra, pela França e pela Italia, na oppressão das nacionalidades estrangeiras pela Russia, e finalmente nas violencias, unicas na Historia, infligidas á Grecia (3). Da mesma forma, as potencias

(1) Ignorávamos este pormenor. Mais uma vez lastimamos que, não s'esforçando por dar publicdade, na integra, á nota de 12 de dezembro, os nossos jornaes radiquem no paiz a impressão de que estão vivendo na Lua.

(2) Para sentir que não tivessem formulado ao menos as suas condições para a aceitação do convite, conforme no texto lembramos.

(3) Força ainda reconhecer que estas allegações têm fundamento. Para as refutar, como a outras contidas n'esta réplica da Allemanha, o Governo inglez sabiu-se com uma nota officiosa, a 14 de janeiro segundo um telegramma de Londres, n'esta data, para os nossos jornaes melhores informados.

que, desde o começo da guerra, calcam aos pés o direito e as convenções sobre as quaes se fundamentam, não teem auctoridade para se queixarem das pretensas violações do direito das gentes, cometida pelas quatro potencias alliadas.

Já nas primeiras semanas da guerra, a Inglaterra se desobrigou da declaração de Londres, cujas disposições tinham sido reconhecidas pelos seus proprios delegados, como as regras válidas do direito internacional. Mais tarde, violou egualmente e gravemente a declaração de Paris, de tal forma que, graças ás suas medidas arbitrarías, a guerra marítima foi conduzida sem respeito pelo direito das gentes. A guerra de esfomeação contra a Alemanha e a pressão exercida so-

Do resumo que l'imos no «Diario de Noticias» parece que a refutação está um pouco longe de concluída e completa.

Por ex.: falla-se n'ella na lealdade da Irlanda e das pequenas nacionalidades incorporadas no império moscovita, respectivamente a Inglaterra e á Rússia, desde que se iniciou o conflicto.

Deixando de parte a tentativa de rebelião irlandeza, que foi logo sufocada: o as nacionalidades incorporadas na Áustria-Hungria deixaram, porventura, de lhe ser menos leaes? Não foram até bem mais fieis, pois que nera sequer uma tentativa de rebelião s'esboçou, como na Irlanda, em qualquer d'ellas? Que auctoridade, pois, teriam a Grã-Bretanha e a Rússia para proclamar, na resposta collectiva da *Entente* ao presidente Wilson, o desmembramento da Austria-Hungria como um dos «fins» que se proponham n'esta guerra? Desastrada incoherência!

As colónias da Africa do norte diz ella «poderm ser adquiridas pelos mesmos meios que as colónias da Alemanha». Podem, quando se queira com isto significar ter sido a *força* o único *direito* a allegar para a sua aquisição. Mas, aqui mesmo, com as seguintes differenças, d'importância: não serem as populações norto-africanas, nem pela tradição nem pela capacidade ethnológica, equiparaveis ás indígenas do resto da Africa e da Oceania; e advogarem as Potencias da *Entente* os principios da «liberdade e independência dos povos», a não ser que d'estes «povos» tacitamente s'exclua os Egyptios, Árabes e Berberos que estanciam desde o mar Vermelho ao Atlântico.

A respeito da Grécia, sustenta que os «Alliados tinham direito a exigir-lhe garantias na sua qualidade de Potências protectoras. «É possível, embora não seja nada claro. Assumpto a retomar n'outro momento.

bre os neutros no interesse da Inglaterra não estão menos em contradição flagrante com as regras do direito das gentes e com as leis de humanidade (1).

Da mesma forma, o emprego de tropas de côr na Europa e a extensão da guerra ás colonias africanas, que se produziu contrariamente aos tratados existentes e que diminue o prestigio da raça branca nesta parte do mundo, não são menos inconciliaveis com os principios do direito internacional e da civilisação (2). O tratamento inhumano infligido aos prisioneiros, principalmente na Africa e na Russia, o afastamento da população civil da Alsacia-Lorena, da Galicia, da Bukovina e da Prussia Oriental fornecem novas provas da maneira como os nossos adversarios respeitam a civilisação (3).

No fim da sua nota de 30 de dezembro, os nossos adversarios evocam particularmente a situação da Belgica. O governo imperial não pode reconhecer que o governo belga tivesse sempre observado os deveres que lhe impunha a sua neutralidade. Já antes da guerra, a Belgica, sob a influencia da Inglaterra, se tinha apoiado, debaixo do ponto de vista militar, na Inglaterra e na França, violando assim, ella mesma, o es-

(1) A isto responde a nota officiosa ingleza com os «crimes do «Lusitania», do «Arabic» e do «Sussex». Razão tínhamos, no texto, para propôr o deferimento d'esses casos a um *comité*, ou junta de peritos neutraes, com representação d'ambas as Partes no pleito.

(2) A avaliar pelo resumo, sobr'esta accusação a nota officiosa ingleza emmudeceu.

(3) Aquí «sublinha» a citada nota «a impudência allemã», com os «maus tractos á Belgica», os «morticínios dos Arménios» e os «maus tractos aos prisioneiros», pelo menos no «campo de concentração de Wittenburgo». Porque não se confalaria o apuramento d'estes casos, e dos que são invocados no texto, a uma entidade competente e insuspeita, com representação das duas Partes que mutuamente se accusam d'essas, e de várias outras violações do «direito e da justiça»?

pirito dos tratados que deviam garantir a sua independencia e a sua neutralidade.

Por duas vezes, o governo imperial declarou ao governo belga que não entrava na Belgica como inimigo e aconselhou-o a evitar ao paiz os horrores da guerra. Comprometeu-se a garantir, nesse caso, plenamente a existencia e a independencia do reino e a reparar todos os prejuizos que pudessem ser causados pela passagem das tropas alemãs.

E' sabido que, em 1887, o governo britanico estava decidido a não se opôr ao direito de passagem atravez da Belgica, mediante essas garantias. O governo belga repeliu as offertas reiteradas do governo imperial. A sorte que attingiu a Belgica deve ser imputada a ella propria e ás potencias que a levaram a tomar essa attitude.

O governo imperial repeliu muitas vezes como falsas as acusações feitas a respeito da condução da guerra na Belgica e das medidas tomadas no interesse da nossa segurança militar. Protesta de novo energicamente contra essas calunias. (1)

A Alemanha e os seus aliados tentaram lealmente pôr um termo á guerra e fazer ja reconciliação entre os beligerantes. O governo imperial verificou que dependia unicamente dos seus adversarios o entrar-se ou não no caminho da paz. Os governos inimigos recusaram entrar nesse caminho.

Sobre eles cairá, pois, a inteira responsabilidade da continuação da efusão de sangue; mas as quatro potencias aliadas continuarão a lucta com uma tran-

(1) Nova l'estilha, nos quatro parágraphos que precedem, entre os dous grupos belligerantes sobre a Belgica e sobre quanto constou ter occorrido n'este paz. Não teria feito bem a *Entente* propondo ao adversario o alvitre que lembramos n'este opúsculo?

quila segurança, confiantes no seu bom direito, até que tenham obtido pelas armas uma paz que garanta aos seus proprios povos a honra, a liberdade, a existencia e o desenvolvimento, uma paz que dê aos outros povos do continente europeu o beneficio do trabalho comum para a solução dos grandes problemas da civilização, no respeito mutuo e na egualdade dos direitos (1).

(*A Lucta*: 16, janeiro, 1917).

RÉPLICA DA ÁUSTRIA-HUNGRIA À RESPOSTA DA ENTENTE

Em 5 de janeiro, o governo austro-hungaro teve a honra de receber, pela amavel intervenção do governo dos Estados-Unidos da America, a resposta dos Estados que se encontram em guerra com elle, á nota de 12 de dezembro, pela qual, assim como as potencias suas alliadas, a Austria-Hungria se declarava prompta a preparar as primeiras negociações para a paz. De accordo com os governos das potencias alliadas, o governo austro-hungaro não deixou de submeter esta resposta dos governos inimigos a um exame minucioso que a conduziu ao seguinte resultado: sob o pretexto de que a proposta das quatro potencias alliadas é sem sinceridade e sem alcance, os governos inimigos recusam-se a tomar conhecimento d'essa

(1) Aqui se regista a declaração official: a Allemanha reconhece, com as Potências da *Entente*, o principio da «egualdade dos direitos», ao menos entre os povos europeus. Celebrada a paz, vêr-se-ha qual dos dous grupos, hoje hostis um ao outro, se mostrará mais seu fiel respeitador.

proposta, e pela forma dada ás suas communicações, tornam impossivel qualquer resposta a elles dirigida; mas o governo austro-hungaro quer expôr os seus fins aos governos neutros.

Na sua resposta, os governos inimigos não estudam a consideração da possibilidade de acabar a guerra; limitam-se a discutir de novo os acontecimentos que provocaram a guerra, a supposta força da sua propria situação militar e os pretensos moveis que dictaram as propostas de paz. O governo austro-hungaro não quer actualmente meter-se n'uma nova polemica sobre as origens da guerra, porque está convencido de que foi já provado sufficiente e irrefutavelmente aos olhos de toda a humanidade, que julga com equidade e sem prevenção, de que lado se encontra a responsabilidade da guerra (1).

Pelo que diz respeito especialmente ao *ultimatum* austro-hungaro á Servia, a monarchia deu, nos anos que precederam esse acto, provas suficientes de longanimidade em face das intenções e das intrigas cada vez mais hostis e aggressivas da Servia até ao momento em que, finalmente, o assassinio infame de Serajevo tornou impossivel toda a indulgencia (2). A controversia sobre a questão de saber de que lado a situação militar se revela mais forte, parece ociosa e pode confiadamente ser deixada á apreciação de toda a opinião publica. De resto, a comparação dos fins de guerra

(1) É um «dize tu, direi eu». Não teria sido melhor não levantar essa questão, ou deferir-a á entidade que suggerimos ao termos que a debater, embora muito por alto, n'este escripto?

(2) Estas accusações á Sérvia estão bastante longe de ser injustas. E' curioso vêr este paiz defender, na resposta de 30 de dezembro, a causa do «direito, da justiça, da civilização e da humanidade», com a interessante historia a que n'0 nó dos *Balkans* fizemos allusão sufficiente. De sentir que não tivesse acordado mais cedo para a defeza d'essa causa.

dos dois grupos encerra já a resposta a esta questão. A Austria-Hungria e os seus aliados, com efeito, desde o principio, empreenderam a guerra, não com o fim de conquistas territoriaes, mas como combates defensivos, ao passo que é o contrario que succede com os Estados inimigos. Para não falar senão de alguns dos seus fins, vê-se que estes visam o esmagamento e esbúlhamento da monarchia austro-hungara, a conquista da Alsacia-Lorena a partilha da Turquia e diminuição da Bulgaria (1). Os governos das quatro potencias aliadas podem, pois, considerar, desde já, como atingidos os seus fins de guerra, puramente defensivos, emquanto que os nossos adversarios se affastam cada vez mais da realisação do seu plano. Emfim, quando os governos inimigos qualificam de manobra de guerra a proposta das quatro potencias alliadas e a designam como sendo sem sinceridade e sem importancia, antes de começarem as conversas para a paz e emquanto as condições de paz não são, por consequencia, conhecidas, (fazem) uma alegação puramente arbitraria, uma suposição suggestiva e sem prova possível.

O governo austro-hungaro e os governos das potencias suas aliadas fizeram as suas propostas de prepararem as negociações de paz com toda a sinceridade e lealdade, porque deviam prever a possibilidade de que a sua sugestão, formalmente expressa, de apresentarem as suas condições de paz logo na abertura das negociações (2), fosse aceite.

Foram, pelo contrario, os nossos adversarios que, sem por seu lado fazerem contra-propostas, recusaram tomar conhecimento do conteúdo da nossa proposta.

(1) V. nota (3), pg. 100, ao documento que precede.

(2) V. nota (1), pg. 101, ao documento que precede.

Quando os nossos adversarios pedem antes de tudo a restauração dos direitos e liberdades violadas, o reconhecimento do principio das nacionalidades e a livre existencia dos pequenos Estados, basta lembrar a sorte tragica dos povos irlandez e finlandez, a destruição da liberdade e independencia da Republica dos Boers, a sujeição do norte d' Africa pela Inglaterra, pela França e pela Italia, e finalmente as violencias, sem exemplo na Historia, exercidas contra a Grecia (1).

O governo austro-hungaro verifica, assim como os governos das potencias suas aliadas, que se tinha declarado pronto a terminar a guerra por uma troca de impressões verbaes com os governos inimigos, e que dependia unicamente da decisão dos adversarios se a paz devia ou não ser preparada.

Perante Deus e perante a humanidade, declina a responsabilidade da continuação da guerra; mas a Austria Hungria e os seus aliados continuarão a lucta com uma firme esperança e confiantes no seu bom direito até que seja obtida uma paz que permita a todos os Estados da Europa trabalhar, de acôrdo com direitos inteiramente eguaes (2), para a solução das grandes tarefas civilisadoras.

O governo imperial e real tem a honra de apelar para a amavel intervenção de Vossa Excelencia, pedindo-lhe que leve o exposto acima ao conhecimento do seu governo.

(*A Lucta*: 17, janeiro, 1917).

(1) Repetição, aqui, do documento que precede.

(2) Convem archivar ainda esta adhesão do império austro-hungaro ao principio da «egualdade dos direitos», ao menos entre «todos os Estados da Europa».

Summário

Advertência pag. 3.

A Nota allemã:

I. Impressões nos paizes da *Entente*: nos jornaes inglezes, pg. 8 a 11; em nota officiosa da Reuter, pg. 11 a 14; na Rússia, pg. 14 a 17; em politicos inglezes e francezes, pg. 17 a, 20; n'um discurso de Mr. L. George, pg. 20 a 23; nos exercitos britânico e francez, pg. 23 a 27; na Itália e n'um discurso do sr. Sonnino, pg. 27 a 31. Explicação officiosa do seu convite pelo Governo allemão, pg. 31 e seg.

II. As nossas impressões: o que pensávamos sobre o plano militar e politico do bloco dos Centraes, pg. 33 a 40; inopportunidade e impertinência do preâmbulo da nota, pg. 40 a 43; como julgávamos que devia ser redigida, pg. 43 a 52; obscuridade e laconismo da sua parte essencial, pg. 52 e seg.

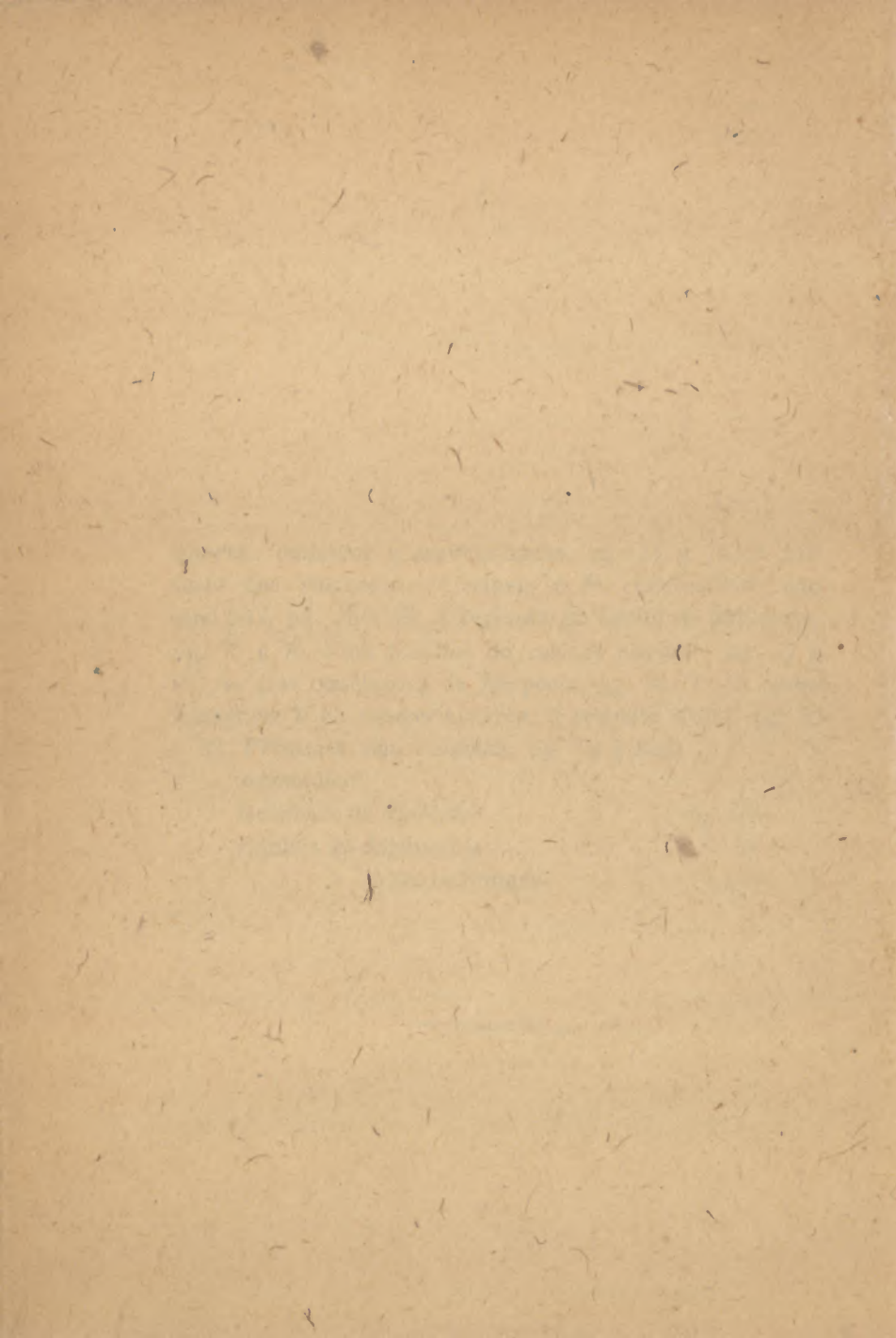
A Resposta da *Entente*:

Os seus signatários e o pacto de Londres, pg. 57 a 64. Devolução ao Bloco das responsabilidades da

guerra: omissões e incoherências, pg. 64 a 71. A história dos «farrapos de papel» e da «necessidade não tem lei», pg. 72 a 75. A *legenda* do festim de Balthasar, pg. 75 e 76. Fins occultos do convite alemão, pg. 77 a 80. As tres conclusões da Resposta, pg. 80 e 81. A nossa inferência e os nossos alvitres, a respeito d'ella, pg. 82 a 92. Pergunta sem resposta, pg. 92 e seg.

Appêndice:

Resposta da <i>Entente</i>	pg. 95
Réplica da Allemanha	> 99
» » Austria-Hungria	> 105





Biblioteca Portugueza—Editora

Trav. de Cedofeita, 54—PORTO

BAZILIO TELLES

OPUSCULOS JÁ PUBLICADOS

PRIMEIRO: I — Ditadura; II — Regimen Revolucionario. 1 vol. (esgotado).	
SEGUNDO: III — A Constituição; IV — Finanças. 1 vol.	\$10
TERCEIRO: V — A Questão religiosa. 1 vol.	\$15
A Guerra.	\$20
A situação militar Europeia	\$20
O nó dos Balkans	\$20
A França e a guerra de 70	\$20
A Inglaterra pacifista	\$20
Hora critica (2. ^a edição acrescentada com notas)	\$20
Convite e Resposta	\$25

A PUBLICAR:

O Imperialismo Germânico
Campanha e questão do Oriente
A beligerancia Portugueza
A Conferencia da paz

